

PUCRS

ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA

CAROLINE GONÇALVES NASCIMENTO

**CONSTRUÇÕES DE GÊNERO NA JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DAS  
PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO EJA A PARTIR DE PUBLICAÇÕES DO  
*FACEBOOK***

Porto Alegre  
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**CONSTRUÇÕES DE GÊNERO NA JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DAS  
PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO EJA A PARTIR DE PUBLICAÇÕES  
DO *FACEBOOK***

**CAROLINE GONÇALVES NASCIMENTO**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Escola de Ciências da Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.**

**Porto Alegre  
Janeiro, 2019**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**CONSTRUÇÕES DE GÊNERO NA JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DAS  
PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO EJA A PARTIR DE PUBLICAÇÕES  
DO *FACEBOOK***

**CAROLINE GONÇALVES NASCIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Escola de Ciências da Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Ângelo Brandelli Costa

**Porto Alegre  
Janeiro, 2019**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**CONSTRUÇÕES DE GÊNERO NA JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DAS  
PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO EJA A PARTIR DE PUBLICAÇÕES  
DO *FACEBOOK***

**CAROLINE GONÇALVES NASCIMENTO**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ângelo Brandelli Costa (Orientador)

Prof. Dr. Adolfo Pizzinato (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)

Profa. Dra. Aline Accorssi (Universidade Federal de Pelotas – UFPel)

**Porto Alegre  
Janeiro, 2019**

### **Ficha Catalográfica**

N244c Nascimento, Caroline Gonçalves

Construções de Gênero na Juventude : Uma análise das percepções de estudantes do EJA a partir de publicações do Facebook / Caroline Gonçalves Nascimento . – 2019.

90 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Brandelli Costa.

1. Gênero. 2. Juventude. 3. Escola. I. Costa, Ângelo Brandelli. II. Título.

*“Me levanto  
sobre o sacrifício  
de um milhão de mulheres que vieram antes  
e penso  
o que é que eu faço  
para tornar essa montanha mais alta  
para que as mulheres que vierem depois de mim  
possam ver além”.*

*Rupi Kaur*

## AGRADECIMENTOS

*Aos meus pais, Luiza Amália Nascimento e Delfino do Nascimento Neto, que são a minha base de apoio, segurança e amor e me incentivam a todo momento a alcançar meus sonhos e objetivos. Obrigada por estarem sempre presentes em minha vida e acreditarem no meu potencial. Vocês me inspiram a todo momento!*

*Ao meu amigo e irmão, Darwin Gonçalves Nascimento, por todo o incentivo, paciência e amor que me tranquilizaram em diversos momentos. Obrigada por tudo!*

*À minha família, amigos e amigas, pela paciência durante os vácuos eternos e por encherem meu coração de amor e carinho.*

*À Marlene Neves Strey, minha primeira orientadora, pelos ensinamentos, pela amizade e companhia em congressos e viagens. Obrigada por ter acreditado em mim e me selecionado como tua mestranda!*

*Ao Angelo Brandelli Costa, meu segundo orientador, que com muito carinho e dedicação auxiliou-me, foi parceiro, preciso em suas colocações retirando dúvidas e acrescentado muito ao meu aprendizado. Obrigada por me acolher!*

*À Aline Accorssi, professora que me apresentou o mundo da pesquisa, contribuindo para minha entrada no mestrado. Minha trajetória acadêmica não teria sido a mesma sem a tua presença. Obrigada por fazer parte das bancas de qualificação e de defesa da minha dissertação!*

*Ao Adolfo Pizzinato, pelas colaborações essenciais nas bancas de pré-qualificação e qualificação e pela aceitação em compor a banca de defesa. É uma honra tê-lo novamente nesse momento importante!*

*À Capes, pelo auxílio financeiro, fundamental para a dedicação exclusiva, durante o período de dois anos do mestrado.*

*Às/aos colegas e amigas/os dos Grupos de Pesquisa Relações de Gênero e Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais (PVPP/PUCRS), pelas trocas de conhecimentos e pelo companheirismo durante o mestrado. Vocês tornaram essa caminhada mais leve!*

*À Millena Holz Waskow, minha auxiliar de pesquisa, pela ajuda, pela paciência e pela disponibilidade. Tu tens um futuro brilhante na pesquisa!*

*Às/aos jovens participantes desta pesquisa, por aceitarem compartilharem suas experiências e percepções. Obrigada pela confiança!*

*Às diretoras da escola e toda equipe de professoras/es, por acreditarem no meu trabalho e permitirem a viabilização desta pesquisa.*

*Às secretárias, às professoras e aos professores do PPGP da PUCRS, por me receberem tão bem, pelos momentos de apoio e de aprendizagem.*

*“Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza;  
e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza.  
Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não  
produza, alimente ou reproduza as desigualdades”.*

*Boaventura de Souza Santos*

## RESUMO

Cada vez mais a inserção da internet e o impacto das mídias sociais se mostram presentes no dia-a-dia das pessoas. É neste espaço onde a cultura e a expressão social se constroem, bem como as questões de gênero, também expostas e continuamente construídas neste espaço virtual. Os espaços escolares também são fundamentais para discussões acerca das compreensões de gênero, sexualidade e diversidade sexual. São contextos que propiciam a problematização das relações sociais construídas e aceitas socialmente e culturalmente. As juventudes atuais vivenciam mudanças que podem transformar ou não alguns lugares e papéis ocupados no decorrer de suas vidas. O estudo “Construções de Gênero na Juventude: uma análise das percepções de estudantes do EJA a partir de publicações do *Facebook*” teve como objetivo investigar as construções de gênero na juventude a partir das percepções de alunas(os) da modalidade de ensino “Educação de Jovens e Adultos”, através de percepções apresentadas a partir das falas de jovens de uma escola municipal na região metropolitana do Rio Grande do Sul. A pesquisa define-se por ser qualitativa e exploratória, com a participação de 37 jovens com idade entre 15 a 29 anos, sendo 14 mulheres e 23 homens. A pesquisa foi composta por três grupos focais mistos, de mulheres e homens, um grupo focal feminino, apenas de mulheres e um grupo focal masculino, apenas de homens, totalizando cinco grupos focais. Serviu como base, doze publicações da rede social *Facebook* que tivessem a temática “Gênero” para tensionar a discussão nos grupos, analisados a partir do método da análise temática, resultando num artigo que teve como objetivo analisar as diferentes percepções de gênero construídas e vivenciadas por jovens no cotidiano de suas vidas. Os resultados demonstraram o quanto o uso do *Facebook* está presente na rotina das(os) jovens, bem como revelam o modo com que as construções de gênero são realizadas e percebidas de forma desigual pelas(os) jovens na sociedade atual. O artigo compõe o cenário apresentando apontamentos para a educação. As juventudes são um grupo complexo e bastante conectado com as mudanças sociais, inclusive pensando o contexto das mídias sociais e dos saberes produzidos pela educação. Assim, outros estudos devem ser realizados objetivando ampliar esse recorte e contribuindo para o avanço dos estudos nessa área.

**Palavras-chave:** Gênero; Juventude; Escola.

**Área conforme classificação CNPq:** 7.07.00.00-1 – Psicologia

**Subárea conforme classificação CNPq:** 7.07.05.00-3 – Psicologia Social

## ABSTRACT

Increasingly, the insertion of the internet and the impact of social media are present in people's daily lives. It is in this space where culture and social expression are built, as well as the gender issues, also exposed and continually constructed in this virtual space. School spaces are also central to discussions about understandings of gender, sexuality, and sexual diversity. They are contexts that propitiate the problematization of social relations built and accepted socially and culturally. Today's youth experience changes that may or may not turn some occupied places and roles in the course of their lives. The study "Gender Constructions in Youth: an analysis of students' perceptions of the EJA from Facebook publications" aimed to investigate the constructions of gender in youth from the perceptions of students of the modality of education "Education of Youth and Adults ", through perceptions presented from the speeches of young people of a municipal school in the metropolitan region of Rio Grande do Sul. The research is defined as being qualitative and exploratory, with the participation of 37 young people aged 15 to 29, with 14 women and 23 men. The research consisted of three mixed focus groups, women and men, a female focus group, women only, and a male focal group, only men, totaling five focal groups. Twelve publications of the social network Facebook that had the theme "Gender" to stress the discussion in the groups, analyzed using the thematic analysis method, resulted in an article that had as objective to analyze the different perceptions of gender constructed and lived by young people in the daily life of their lives. The results demonstrated how much the use of Facebook is present in the routine of young people, as well as reveal the way in which the constructions of gender are realized and unequally perceived by the young people in the current society. The article composes the scenario presenting notes for education. The youths are a complex group and very connected with the social changes, including thinking about the context of social media and the knowledge produced by education. Thus, other studies should be carried out aiming at amplifying this cut and contributing to the advancement of studies in this area.

**Keywords:** Gender; Youth; School.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	
<b>ABSTRACT</b>	
<b>LISTA DE APÊNDICES</b>	
<b>LISTA DE ANEXOS</b>	
<b>1 APRESENTAÇÃO</b> .....	15
<b>2 INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	17
2.1.1 Juventude e Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	17
2.1.2 Feminismos e concepções de gênero.....	19
2.1.3 Gênero e sexualidade nas escolas.....	20
2.1.4 Preconceito de gênero na escola.....	22
2.1.5 Gênero na esfera midiática.....	27
2.1.6 <i>Facebook</i> como mídia da atualidade.....	28
<b>2.2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA</b> .....	30
2.2.1 Delineamento da pesquisa.....	30
2.2.2 Participantes do estudo.....	31
2.2.3 Instrumento de coleta de dados.....	33
2.2.4 Questões éticas.....	35
2.2.5 Análise dos dados.....	35
<b>3 ARTIGO</b> .....	38
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	57
<b>Referências</b> .....	58

## **LISTA DE APÊNDICES**

<b>Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>67</b>
<b>Apêndice B – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>69</b>
<b>Apêndice C – Ficha Demográfica.....</b>	<b>71</b>
<b>Apêndice D – Roteiro para realização dos grupos.....</b>	<b>72</b>
<b>Apêndice E – Publicações utilizadas nos grupos.....</b>	<b>73</b>

## **LISTA DE ANEXOS**

<b>Anexo A – Dados das/os participantes .....</b>	<b>85</b>
<b>Anexo B – Termo de autorização Institucional.....</b>	<b>86</b>
<b>Anexo C – Parecer de aprovação consubstanciado do Comitê de Ética .....</b>	<b>87</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado intitulada de “Construções de Gênero na Juventude: uma análise das percepções de estudantes do EJA a partir de publicações do *Facebook*” é composta de um estudo. O objetivo geral é investigar e analisar as percepções sobre as construções de gênero vivenciadas por jovens no cotidiano de suas vidas, a partir da exposição de publicações da rede social *Facebook* com a temática “Gênero”, apresentadas nos relatos de jovens de uma escola municipal da região metropolitana do Rio Grande do Sul. A pesquisa se insere no campo dos estudos de gênero e juventude. Ao iniciar a pesquisa, muitas foram as questões norteadoras: quais construções de gênero encontramos na perspectiva das/dos jovens do EJA?, De que forma as construções de gênero são encontradas nos conteúdos publicados na rede social *Facebook*?, Quais são as percepções sobre igualdade e/ou desigualdade de gêneros entre as/os jovens do EJA?, Qual a importância da rede social *Facebook* na vida dessas/desses jovens?

O interesse pelos temas gênero, juventude e mídia surgiu a partir das experiências da pesquisadora ao longo de sua trajetória acadêmica, tanto em estágios - onde atuou em políticas públicas para jovens em vulnerabilidade social - quanto no mundo da pesquisa, que foi onde iniciou como bolsista de iniciação científica, tendo seu primeiro contato com a temática “Gênero”. A inserção da pesquisadora na iniciação científica na Universidade La Salle/Canoas, local onde se graduou como psicóloga, proporcionou a participação pela primeira vez em um grupo de pesquisa dentro da instituição. Além disso, as experiências de estágios no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, na cidade de Canoas, no Centro de Referência em Assistência Social, na cidade de Nova Santa Rita e na Casa das Juventudes, na cidade de Canoas, atuando diretamente com a juventude em ambos os locais, possibilitou à estagiária naquele momento que tivesse a compreensão da importância da temática de gênero para o entendimento da equidade de gênero em todos os âmbitos, principalmente no escolar, onde há uma resistência em se discutir essas temáticas. Ao ingressar no Grupo de Pesquisa Relações de Gênero, coordenado pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marlene Neves Strey, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sentiu a necessidade de investigar a temática com as/os jovens, pois por mais desafiador que seja, ainda é um caminho para a construção de uma escola sem preconceitos e exclusões. Atualmente, a pesquisadora é integrante do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais (PVPP/PUCRS), coordenado pelo Prof. Dr. Ângelo Brandelli Costa, que deu continuidade à orientação deste trabalho até o presente momento.

A escolha do tema foi definida no primeiro semestre de 2017, com o objetivo de analisar percepções sobre as construções de gênero vivenciadas por adolescentes no cotidiano de suas vidas, a partir de publicações do *Facebook*, apresentadas no discurso das/os alunas/os do ensino fundamental de uma escola municipal da região metropolitana do Rio Grande do Sul. Após a apresentação do projeto na pré-qualificação, através de uma sugestão da banca, surgiu a ideia de utilizar o termo juventude ao invés de adolescência. Em função disso, e por causa da faixa etária das/os alunas/os, a pesquisadora sentiu a necessidade de desenvolver a pesquisa com alunas/os da modalidade de ensino “Educação de Jovens e Adultos” (EJA). Portanto, os objetivos específicos foram: analisar as construções sociais de gênero na perspectiva das/dos jovens do EJA; identificar as diferentes construções de gênero encontradas e reconhecidas pelas/pelos jovens do EJA no contexto da rede social *Facebook*; investigar se a igualdade e/ou a desigualdade de gêneros estão presentes entre no discurso das/dos jovens do EJA; compreender qual a importância da rede social *Facebook* na vida dessas/es jovens.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro deles, é exposta uma breve apresentação do tema e das motivações para a elaboração do estudo. No segundo capítulo é apresentada a introdução, onde é realizada a fundamentação teórica sobre as temáticas de gênero, juventude, educação e mídia; a trajetória metodológica utilizada no estudo; a pesquisa qualitativa e exploratória, com a utilização de grupos focais como instrumento de coleta de dados e do método da análise temática para a efetivação da análise.

O terceiro capítulo é composto pelo artigo, que apresenta a análise das diferentes percepções de gênero construídas e vivenciadas por jovens no cotidiano de suas vidas, expressadas por elas/es ao longo dos grupos. Foi dada ênfase às diferentes percepções a respeito de gênero e a complexidade de se compreender de fato do que se tratam movimentos sociais como o feminismo e qual o papel da rede social *Facebook* na vida dessas/es jovens. Além disso, foram percebidos discursos contendo preconceito e desinformação a respeito dessas temáticas. O estudo será submetido a revista *Interações* e o artigo apresentado ao longo da dissertação está conforme as normas de publicação do periódico.

No quarto capítulo, as considerações finais dialogam, com base na fundamentação teórica e no artigo produzido, sobre como as percepções das/os jovens nas suas diferentes construções de gênero permeiam os debates que vem ocorrendo na sociedade atual. Posteriormente, são apresentadas as limitações identificadas no decorrer da pesquisa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 (CAPES, 2018).

## 2 INTRODUÇÃO

### 2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica tem como objetivo apresentar os principais temas estudados no decorrer da pesquisa e que também serão utilizados para fundamentar o artigo fruto da dissertação.

#### 2.1.1 Juventude e Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Existem inúmeras definições acerca da juventude. Essa fase, também chamada de adolescência é uma fase capaz de promover diferentes formas de ser jovem. Nesse sentido, é uma fase vista como plural, pois não se pode limitar que todas/os jovens passarão pelas mesmas experiências, pois essa fase não é universal e natural (Berni & Roso, 2014). As concepções de adolescência e juventude representam uma construção social, histórica, cultural e relacional, que por meio de diferentes épocas e processos históricos e sociais foram assumindo perspectivas e sentidos distintos. Alguns a consideram uma etapa de mudanças, na qual as alterações são compreendidas como um preparo para a idade adulta.

Diversas(os) autoras(es) apresentam concepções distintas acerca da juventude. Para Bourdieu (1984), o período da juventude consiste em impor determinados limites e promover uma ideia de ordem, objetivando que cada indivíduo saiba o seu devido lugar. Também há uma ideia de juventude como sintoma da cultura, sendo compreendida como uma fase elástica que pode ir dos dezoito aos quarenta, contanto que a pessoa se sinta pertencente àquela fase (Kehl, 2004). Tratar a juventude como uma fase não garante que ela seja igual para todas/os as/os jovens do mundo. Não é possível descrevê-la de modo global e absoluto (Strey, 2012). Porém, esse estudo ampara-se na definição de juventude, proposta pela psicologia social crítica, fundamentada por Bock (2007), onde a autora posiciona que a juventude é uma etapa socialmente construída com repercussões na subjetividade e no desenvolvimento e não como um período natural.

A Psicologia Social Crítica possibilita um olhar ao ser humano como um agente histórico-social que está em contínua modificação e transformação (Borges, 2014). Conforme descreve Guareschi (2009, pp. 16), “a Psicologia Social Crítica é aquela Psicologia Social que mostra *o que está aí*, juntamente com *o que não está aí*, ou seja, o lado oculto, não iluminado, silenciado, mas que também é parte da totalidade do fato e do fenômeno, da realidade”.

A juventude vai além de um fenômeno de mudanças físicas, sendo atravessada por

questões mais abrangentes de ordem social, cultural e histórica (Pizzinato, et al., 2017). Para Minayo (2011), os termos “jovens” e “adolescentes” são reconhecidos como sinônimos; porém, são objetos estudados por diferentes disciplinas. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) (World Health Organization – WHO, 2013), a adolescência se dá entre 10 e 19 anos de idade; o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) refere que essa mesma fase ocorre entre 12 e 18 anos de idade; o Estatuto da Juventude estabelece a juventude entre 15 e 29 anos (Lei n. 12.852/2013). Diante disso, o estudo utilizou do período de idade estipulado no Estatuto da Juventude, como fator limitante para a escolha das/os participantes da pesquisa.

A pluralidade presente no ser jovem/adolescente é apresentada desde a verificação das faixas etárias que a compreendem. Além das concepções apresentadas, essa fase também é conhecida por se tratar de um “momento difícil”. Uma das explicações para tal definição é a transformação que o corpo sofre nessa fase, a partir de uma perspectiva biológica. Entende-se, contudo, que essa explicação não é suficiente para defini-la, tendo em vista que tais mudanças ocorrem durante a vida das mulheres em diferentes momentos, como na gravidez e na menopausa, e na vida dos homens também, na andropausa. As mudanças não são apenas físicas, mas também psicológicas e emocionais, visto que essas transformações são inerentes à existência humana.

Além das mudanças ocorridas durante a fase da juventude, existem outras mudanças acontecendo, mas que dizem respeito à Educação e que também contribuem na transformação das/os jovens. A educação de jovens e adultos é compreendida como um campo de práticas e reflexão que atua além dos limites da escolarização (Di Pierro, Joia & Ribeiro, 2001). Para Di Pierro e Haddad (2015), a alfabetização de jovens e adultos primeiramente foi reconhecida como dívida social e prioridade nacional, caracterizando uma das medidas de combate à pobreza.

No Brasil, a educação de adultos inicia como tema de política educacional especialmente a partir dos anos 40 (Di Pierro, Joia & Ribeiro, 2001). Segundo Soares e Pedroso (2016), é evidente que na atualidade, a Educação de Jovens e Adultos reflete marcas de avanços conquistados nos últimos anos. O Ministério da Educação (2016) considera a alfabetização uma política pública de educação prioritária e menciona a ampliação do programa “Brasil Alfabetizado”, voltado para a alfabetização de jovens acima de 15 anos, adultos e idosos, que passará a atender 50% a mais do que vinha atendendo, conforme notícia publicada no portal do Ministério da Educação.

### 2.1.2 Feminismos e concepções de gênero

Os estudos de gênero no Brasil tiveram início concomitantemente com o movimento feminista no final dos anos 1970. Ao longo da trajetória do feminismo, a sua retratação na mídia teve um papel decisivo na sua institucionalização na sociedade, e aceitação por diferentes grupos sociais. Portanto, para contextualizar *Gênero*, primeiramente precisa se elucidar alguns conceitos. Inicialmente, é fundamental começar falando sobre o Movimento Feminista. Embora a trajetória do feminismo em cada país e região do mundo seja singular e construída pela combinação única de fatores sócio históricos que caracterizavam o funcionamento social na época do seu surgimento, todos estes movimentos parecem ter um denominador comum: a igualdade de direitos. Conforme Narvaz e Koller (2006) descrevem, o feminismo trata-se de um movimento histórico, político e filosófico-epistemológico que passou por inúmeras transformações, ressignificando suas reivindicações segundo as necessidades de cada época, que ficaram conhecidas como “ondas” ou “fases” do feminismo.

Na primeira onda, durante o século XIX, o movimento lutava pela conquista de direitos, como condições dignas de trabalho e educação e o voto, que era exclusivo aos homens na época. Esta fase também é marcada pela ascensão do movimento sufragista principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Na segunda onda, ocorrida entre os anos de 1960 e 1970, a luta pelo direito à liberdade sexual das mulheres estabeleceu a politização de espaços opressores e fomentou a vinculação de políticas de identidade e reconhecimento ao enriquecer seu debate com o slogan “o pessoal é político” (Tomazetti & Brignol, 2015). Porém, na medida em que se lutava por direitos iguais, era imprescindível que houvesse uma valorização das especificidades femininas, já que o sofrimento por abusos dos ideais patriarcais continuava a ocorrer (Botton & Strey, 2012).

É em decorrência dessas reflexões que surge a terceira onda do feminismo e que se vive até os dias de hoje. Essa fase teve influência de pensamentos pós-estruturalistas e o objetivo principal foi e ainda é, desconstruir a lógica binária defendida pela segunda onda. Aqui passa-se a pensar gênero como um conceito plural e que se transforma ao longo do tempo, divergindo-se de perspectivas essencialistas que referem haver uma essência feminina ou masculina natural, universal ou imutável (Louro, 1996).

Narvaz e Koller, descrevem que “existe mais de uma concepção de gênero, pois ora aparece como característica da identidade individual, ora como uma relação interpessoal; pode ser tanto um modo de organização social quanto uma estrutura da consciência, uma psique triangulada ou uma ideologia internalizada” (2009, pp. 22-23). Desde então, as Teorias Feministas e os Estudos de Gênero abrangem diferentes vertentes e perspectivas, mas são

teorias que carregam um claro aspecto político, com construções teóricas comprometidas e engajadas (Louro, 1996). Ainda que pareça ser um conceito limitado, há um campo em acordo, onde refere gênero como uma categoria sempre relacional (Scott, 1995).

A Psicologia Social Crítica e as abordagens feministas têm alguns pontos em comum, como por exemplo, a crítica ao projeto de ciência moderna e a ação política e os debates sobre sexualidade, corpo e poder (Borges, 2014). O pensamento social crítico questiona e promove novas leituras para noções tão intrínsecas, como identidade, sujeito, sexualidade, gênero e é mediado por processos sociais, estando imbricado com o poder e a política.

### **2.1.3 Gênero e sexualidade nas escolas**

Sexo e gênero são partes integrantes da sexualidade, porém gênero se refere à construção social do sexo anatômico, diferenciando a dimensão biológica da social. Se ser macho ou fêmea é determinado pela anatomia, o modo de ser homem e de ser mulher resulta da cultura e da realidade social (Campos, 2015). É necessário articular as diferentes interpretações do que é a sexualidade; alguns acreditam que ela ocorra com mais frequência em determinado momento da vida, mas não compreendem a amplitude do que é sexualidade. A sexualidade pode ocorrer em todos os momentos, de diferentes maneiras e envolvendo variados sentimentos. A ideia do binarismo é um exemplo de como interpretamos a sexualidade e de como a reduzimos a categorias como homem-mulher, heterossexual-homossexual, ativo-passivo, branco-negro e rico-pobre (Giordani, Seffner, Dell'aglio, 2017).

É justamente a hierarquia de poder entre os polos, que privilegia uns em detrimento de outros, sendo um marco de como a sexualidade é entendida pela sociedade. Diversas polêmicas estão ao redor do tema “sexualidade na escola”; alguns preferem falar em educação sexual, orientação sexual ou educação para a sexualidade. A polêmica gira ao redor de entraves em inserir ou não tal assunto nas grades curriculares, que conta com as opiniões de padres, de médicas/os, de advogadas/os, de psicólogas/os, de pais, de mães e de comunicadoras/es. Ademais, a pressão social que tenciona a escola a ter uma postura rígida e disciplinar também desautoriza práticas mais democráticas de compreender interação, participação, educação e disciplina (Giordani, Seffner, Dell'aglio, 2017).

A sexualidade é um campo de conhecimento e de disputa política que estabelece o que é normal e o que é patológico. Tendo em vista que a educação possui diversas políticas públicas que promovem o respeito e a inclusão das diferenças, a escola deveria discutir mais a norma do que reforçar diferenças e “desvios” (Seffner, 2014). Tais considerações atentam para as sugestões de Seffner (2014) ao pensar sobre os temas gênero e diversidade sexual na escola: 1)

trazer pessoas de fora da escola para falar sobre sexualidade é positivo, pois oportuniza trocas de experiências, todavia, isso passa a ideia de que as/os professoras/es não sabem dialogar com as/os alunas/os sobre o assunto em questão, pois em geral são outras pessoas que falam acerca da sexualidade. O ideal é que algumas/ns professoras/es se apropriem do tema para dialogar com as/os alunas/os; 2) a escola deve trabalhar com as/os alunas/os sobre como as normas de gênero e de sexualidade são geradas pela sociedade e evitar o uso excessivo do termo “diferente” para tratar a temática; 3) a escola não deve trabalhar a sexualidade com base na religião, visto se tratar de um lugar público e que, justamente por isso, deve incluir a diversidade que a ocupa. Todavia, todas as pessoas têm o direito em expressar sua religião, então a escola só não deve valorizar uma em detrimento de outras. Propiciar espaços para reflexões sobre o respeito e a tolerância é trabalhar as questões de gênero e de sexualidade; 4) a escola deve enfatizar que a sexualidade não é uma questão biológica e moral, mas que está ligada a cultura, saúde, afeto e política, entre outros arranjos; 5) é preciso promover projetos de longa duração sobre o assunto, e não apenas medidas precipitadas e individuais.

Algumas percepções definem que é responsabilidade das escolas discutir gênero e sexualidade com as/os alunas/os, mas outras acreditam que falar sobre essas temáticas é dever único e exclusivo dos pais e/ou responsáveis. Se a escola é um lugar de alfabetização e de preparação das/os alunas/os para o mundo, a orientação sexual independe das necessidades do indivíduo. Os movimentos de luta da população LGBT, por exemplo, trazem consigo um conjunto de conhecimentos, reflexões e experiências pela inserção nas políticas públicas e ainda uma abordagem essencial de preparação dos debates dentro e fora de casa, o que se caracteriza por ser uma contribuição paralela (Resadori & Rios, 2017). As divergências de opiniões acabam confundindo o real significado destes movimentos e fazem parecer que sexualidade e gênero são assuntos não apenas políticos. Não há como ignorar a importância de se fazer essas discussões tornarem-se algo absolutamente presentes nos espaços escolares, criando assim uma escola sem preconceito e, conseqüentemente, possibilitando um ambiente acolhedor para a convivência de todas/os.

As salas de aula são locais altamente generificados onde questões de gênero se mostram presentes em diversos momentos (Seffner & Picchetti, 2016). Portanto, a abordagem de temáticas como essas beneficia tanto à alfabetização científica quanto a outros objetivos em educação. Os objetivos podem tratar de questões referentes ao preconceito contra a diversidade sexual e de gênero, por exemplo, que não trabalhados e discutidos nas escolas, dificultam a identificação de diversos problemas de saúde que emergem da falta de informação. Falar de gênero no contexto escolar é uma forma de problematizar situações que até então não são nem

tidas como violências e, posteriormente, possibilitar a prevenção de futuros problemas. Porém, o principal objetivo de se dialogar sobre gênero nas escolas é dar espaço ao que não é percebido como discriminação.

Em estudo realizado no sul do Brasil, com o objetivo de avaliar qual a relação entre discriminação interpessoal e condições de saúde mental, os autores referem que a saúde mental pode ser prejudicada a partir de experiências discriminatórias, provocando situações de estresse, sintomas depressivos, bem como questões de autoestima (Goto, Couto, Bastos, 2013). Em outro estudo realizado na mesma região, com o propósito de refletir interdisciplinarmente aspectos políticos e epistemológicos, bem como as tendências e os riscos presentes na configuração das políticas públicas voltadas à diversidade sexual e de gênero, é trazido sobre o quanto a saúde e o sofrimento dos indivíduos estão relacionados aos efeitos do preconceito acerca da diversidade sexual e de gênero (Nardi, Rios, Machado, 2012). Portanto, o estado de saúde mental das pessoas pode estar ligado a qualquer acontecimento onde ocorram situações de preconceito e discriminação.

Não se pode essencializar o “ser homem” e o “ser mulher”, apesar de haver a fixação de aspectos tidos como exclusivos de um gênero e de outro. Como um marcador sociocultural, o gênero delimita diferenças em diversos âmbitos da vida, inclusive na saúde mental. É necessário ter um olhar de gênero para levar em consideração a dinamicidade das estruturas sociais que alteram as atribuições e as funções de homens e de mulheres na sociedade. Por isso, a falta de diálogo e discussões sobre gênero nos espaços escolares, acaba transformando o campo da educação em um terreno de disputa, assim como palco para discriminações por orientação sexual (Rios, 2012).

#### **2.1.4 Preconceito de gênero na escola**

O preconceito e a discriminação são decorrentes da união de alguns fatores macrossociais, que envolvem relações de poder e dominação, como o racismo, o sexismo, o classismo e a homofobia, e fatores microssociais, como aspectos culturais e subjetivos, na configuração das relações entre as pessoas (Monteiro, Villela, Soares, 2014). Ao se fazer uma intervenção nas escolas, uma das problematizações deve ser o poder que as palavras ocupam no campo do preconceito. Em diversos relatos em pesquisas, foram apresentadas violências pelo preconceito expresso nas palavras. O modo como as palavras são ditas constitui fronteiras entre o “nós” e o “elas/es”, estabelecendo afastamentos ou aproximações.

No contexto escolar, as problematizações são necessárias na medida em que não é mensurado o que é autorizado ser dito nesse espaço nem quem está autorizado a dizer (Ferrari, 2011). A escola deve estar disposta a adequar-se a uma escolarização disponível, que propicie um ambiente facilitador de superação de qualquer tipo de discriminação. Isto é, para uma educação inclusiva, é necessário que a escola esteja acessível às reflexões relativas à rigidez do ensino, dos currículos e à carência de qualificação das/os professoras/es (Hernandez, Assis, Santos, 2013).

Nesse sentido, entende-se que quando a escola possibilita que hajam debates sobre esses assuntos com as/os alunas/os, é demonstrado um diferencial na busca pelo respeito e tolerância, pois nem todos lugares abrem as portas para que se desenvolvam pesquisas com essas temáticas. Com isso, é fundamental que discussões para a conscientização de que a igualdade é um direito de todos, aconteçam cada vez mais nesses espaços. Ao encontro disso, o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) apresenta uma seção específica sobre o Direito à Diversidade e à Igualdade, na qual é estabelecido que as/os jovens não sejam discriminadas/os com base em sexo e em orientação sexual. As questões de orientação sexual e de equidade de gênero estão inseridas no campo dos direitos humanos e da educação (Brasil, 2013; Reis, Eggert, 2017).

Além disso, a Constituição Federal de 1988 também prevê o exercício dos direitos sociais e individuais, de uma sociedade livre, justa e solidária, com a promoção do bem de todas as pessoas, sem preconceitos de origem, de raça, de cor, de idade e de qualquer outra forma de discriminação. Também o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (Brasil, 2009) tem como objetivos ampliar e estender a temática de gênero e sexualidade nas escolas, a fim de contribuir com a criação de políticas públicas para a superação de preconceitos, da discriminação e das violências.

Apesar da existência de todos esses documentos, vive-se um momento histórico no qual a intolerância se instala e se repete nos espaços da vida privada. Nesse sentido, cada vez mais entraves são colocados em relação com o outro (Dinis, 2008). Entende-se que o ideal seria a comunicação entre escola, família e profissionais de diferentes áreas na escola, o que facilitaria o diálogo entre eles, levando em consideração que, em muitas situações de violência e de preconceito, as/os alunas/os não sabem a quem pedir apoio (Soares, Lopes, Njaine, 2013). O envolvimento das/os alunas/os e de suas famílias é fundamental para que a naturalização dos modelos hegemônicos e das expectativas binárias de gênero seja pensada, discutida e ressignificada. Tratar de assuntos como crenças, valores, intimidade e possibilidade de mudança auxiliam para o debate da violência, da prevenção e da democratização das relações de gênero para adolescentes e adultos (Schleiniger & Strey, 2015).

Se faz necessário mencionar o termo “ideologia de gênero”, que em vários momentos foi citado pelas/os professoras/es durante o intervalo em que a pesquisadora esperava a realização do próximo grupo na sala das/os professoras/es. Algumas/uns citaram conhecer o assunto por terem recebido vídeos em seus celulares e redes sociais. O termo “ideologia de gênero” tem sido divulgado frequentemente por quem defende ideias tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas acerca das questões de gênero. O termo foi debatido em torno dos Planos Nacionais de Educação e, posteriormente, em torno dos Planos Municipais e Estaduais de Educação. O termo “ideologia de gênero” tem sido associado erroneamente às questões de gênero, ao feminismo e ao combate à discriminação contra a diversidade sexual. Ressalta-se que nenhum dos Documentos Finais das Conferências de Educação dos anos de 2008, 2010 e 2014, assim como a versão final do Plano Nacional de Educação faziam menções ao termo “ideologia de gênero”, e sim à busca pela garantia de respeito pela diversidade sexual e pela equidade de gênero (Reis & Eggert, 2017).

De acordo com o autor Reis e a autora Eggert (2017), a ampla divulgação da falsa ideia de “ideologia de gênero”, vista como desconstrução de normas de gênero tradicionais e da família dentro do contexto escolar, gerou pânico moral e retrocesso na sociedade (Reis & Eggert, 2017). Para moralistas e políticos conservadores, falar de sexualidade e diversidade é o mesmo que querer o fim da família. Segundo eles, é o assunto da família que está em pauta, porém, não percebem que é dentro de muitas famílias que diversos tipos de violências ocorrem (Colling, 2017). Entretanto, o que se pretende ao falar de sexualidade, diversidade e gênero é promover a equidade de direitos, o respeito e a superação das violências e das desigualdades. Os argumentos utilizados pelos que amplamente discursam sobre a “ideologia de gênero”, contudo, manipulam as pessoas sem senso crítico, disseminando ideias que estimulam a desigualdade de meninas e de mulheres em comparação aos meninos e aos homens (Reis & Eggert, 2017).

Um exemplo da diferenciação entre meninas e meninos é a disseminação das Escolas de Princesas que tentam ensinar regras de etiqueta, cuidados com a estética e boas maneiras de ser “princesa”. É importante salientar que embora tenham crianças que desejam ser princesas, há as que não se enquadram nesse estereótipo, e isso não pode ser considerado como algo “patológico” ou “desviante”. Dessa forma, são fundamentais as reflexões de que não existe uma forma certa ou errada em ser “princesa” e que as meninas são as principais atingidas pela cultura que destaca um modo único de ser mulher. Porém, toda a sociedade sofre os efeitos das atribuições direcionadas de feminilidade e masculinidade (Cúnico et al., 2018). As mídias sociais também são utilizadas para divulgar e promover argumentos fundamentalistas e sem

fundamentos científicos aos fiéis acríticos, que tomam como verdades inquestionáveis diversos conteúdos. Desse modo, é atribuído *status* depreciativo a quem luta pelo combate às violências de gênero e pela busca de equidade de gênero (Reis & Eggert, 2017).

Tais apontamentos nos levam a comentar o Projeto de Lei n. 867, chamado “Escola sem Partido”, que foi proposto no ano de 2015 no Brasil e que, atualmente encontra-se arquivado, conforme publicação no *site* G1 no dia 11 de dezembro de 2018 (Calgaro, 2018). As principais pautas do projeto eram a neutralidade política, ideológica e religiosa na educação nacional. Entre os princípios, estava o de que não poderia haver em sala de aula nenhum tipo de prática que pudesse doutrinar politicamente e ideologicamente atividades e/ou conteúdos que não estivessem de acordo com as ideias religiosas e/ou morais de pais/mães/responsáveis das/os alunas/os. Os pais/mães/responsáveis deveriam autorizar, no ato da matrícula, as escolas com vínculos religiosos e com valores morais a apresentarem seus princípios aos estudantes.

O projeto pretendia tipificar como crime qualquer prática que pudesse condicionar posicionamentos político, partidário, ideológico ou qualquer tipo de constrangimento na escola. Caso o projeto de lei fosse aprovado, tais práticas seriam consideradas assédio ideológico e haveria detenção de três meses a um ano e multa para as/os profissionais que as realizassem. Falar sobre a temática de diversidade sexual, de gênero e de feminismo seria, portanto, considerado crime no Brasil. Atualmente, o projeto encontra-se arquivado, pois a além de tentativas em desarquivar o projeto Escola Sem Partido, que foi a comissão especial encerrou os trabalhos do colegiado sem que fosse votado o parecer do relator, conforme notícia publicada pelo portal G1 (Calgaro, 2018). O atual documento da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) define o que será aprendido pelas/os alunos em cada ano da educação básica. O mesmo não cita termos como “violência de gênero” e “diversidade de gênero”.

Conforme Nardi e Quartiero (2012), existe uma discussão em torno da necessidade de políticas públicas para a educação, que incluam temas como a diversidade sexual, homofobia e a importância em combater os preconceitos. Porém, além de se tratar de um debate recente, essa iniciativa parte principalmente de movimentos sociais que lutam pelo fim do preconceito à diversidade, e não da escola propriamente dita. Os autores também reiteram a importância de sabermos nos centrar na lógica dos enunciados que opõem saber/não saber como forma de superação do preconceito e da discriminação, ou seja, como se a ignorância/falta de conhecimento fosse o fator central da discriminação e da violência; que as/os profissionais de educação não têm conhecimentos nesta área e este seria o fator gerador do preconceito e da hierarquização das pessoas a partir de suas performances de gênero e sexuais.

Para as autoras Monteiro, Villela e Soares (2014), o foco nas interações interpessoais limita o reconhecimento da função social do estigma, da discriminação e do preconceito na produção e manutenção das desigualdades entre os indivíduos e grupos sociais, bem como reduz a compreensão dos processos de naturalização das diferenças e hierarquias sociais. Contudo, a escola não abre mão de seu papel habitual de alfabetização, mas incorpora outras atribuições em conexão com a vida em sociedade e com a política como construção de um bem comum, portanto, algo deve estar equivocado quando há propostas para exclusão de temas, conhecimentos e oportunidades de convivência na escola sob a alegação de que ali não seriam bem-vindos (Seffner & Picchetti, 2016). Ainda que muitas vezes o preconceito seja fruto de medidas, decisões e práticas aparentemente neutras, ele é desprovido de justificativa e de vontade de discriminar, cujos resultados, têm repercussão diferenciada perante diversos indivíduos e grupos, gerando e fomentando discriminações e estereótipos inadmissíveis (Rios, 2012). De acordo com Seffner (2016), a luta contra o preconceito é tanto política quanto acadêmica, pois gênero é um marcador social que implica discriminação e violência, bem como ações de ativismo político.

Segundo Coelho e Coelho (2015), a escola está vivenciando diferentes crises, que refletem a dificuldade desta e o despreparo para lidar com certas questões. As crises se concretizam tanto pensando a escola como um instituto educacional e uma instituição da vida democrática quanto se considerarmos as diversas dimensões da vida escolar em suas diversidades culturais e curriculares. Portanto, as sociabilidades observadas no espaço escolar, incorporam um expressivo componente de discriminação, que se sustenta por tipos variados de preconceitos. Entender e intervir nessas sociabilidades engendradas e desenvolvidas na escola constitui, então, uma ação pedagógica de extrema importância no combate ao preconceito, e que nos dias de hoje parece que resiste e depende de uma autorização prévia, pois as/os professoras/es não tem total liberdade para problematizarem certas temáticas em sala de aula.

De acordo com Resadori e Rios (2017), para além de serem ambientes livres de discriminação, as escolas tanto públicas, quanto privadas devem cumprir com a função de colaborar para a mudança dos padrões sociais e culturais e das práticas que legitimam a violência e a discriminação de pessoas identificadas com qualquer gênero. Entretanto, as escolas acabam servindo de palco para discriminações, seja demitindo ou não contratando professora/es homossexuais, suspendendo ou expulsando as/os alunas/os que não se adequam a heteronormatividade, ou mesmo limitando os conteúdos trabalhados em sala de aula de forma a não promover a diversidade e a não discriminação dessa população.

A tendência institucional é tratar “os casos” de maneira individualizada, focalizando o problema disciplinar e não o contexto social/cultural/moral de produção da discriminação e suas participações ativas e/ou passivas na reiteração do preconceito. É constante nas escolas a afirmação de que “não se fala em gênero e/ou sexualidade na escola”, apesar de se estar convivendo com a presença do tema em falas, práticas e classificações no cotidiano escolar. Parece ser consenso que a questão da sexualidade está fora do espaço escolar e que não há de fato uma proposta sistematizada para abordar este tema no ambiente escolar, e que são poucas as pessoas que querem e se sentem preparadas para lidar com o assunto (Nardi & Quartiero, 2012). Portanto, os objetivos de se dialogar sobre gênero nas escolas é nortear e estimular discussões curriculares e extracurriculares que abordem essas temáticas, além de ajudar a procurar soluções para problemas sociais decorrentes da falta de informação, por meio da conscientização das/os alunas/os (Silva, Gomes, Kruczeveski, 2018).

### **2.1.5 Gênero na esfera midiática**

As novas tecnologias surgem com velocidade e têm proporcionado a emergência de outras instituições culturais que de certa forma acabam por educar ou ao menos tencionar uma construção de identidades de mulheres e homens (Felipe, 2006). A mídia tornou-se um importante campo de produção e reprodução de conhecimento.

Os discursos propagados pela mídia produzem efeitos que por vezes podem colaborar de forma significativa para a construção das identidades de mulheres e homens. Campos e Silva (2014) referem que existem diversos mecanismos, como mídia, televisão, revistas, livros e cartilhas, que reforçam modelos hegemônicos de gênero. Felipe (2006) descreve que uma vez que a mídia produz conhecimento e subjetividade, ela passa a fomentar conhecimentos a respeito da vida, do mundo que nos cerca, de como devemos ser ou nos comportar, do que devemos gostar.

Segundo Grespan (2017), a utilização do *Facebook* acarretou em grandes mudanças na forma de sociabilidade das pessoas e motivou movimentos reacionários e conservadores, sendo um jogo constante de forças, entre os discursos de amizade e os discursos de ódio. A mídia pode ser vista como uma forma de poder simbólico em conjunto às outras formas de poder. Os meios de comunicação conseguem ser a principal forma de produzir ideologias, portanto, a ideologia é vista aqui de forma ampla, compreendendo como o sentido da dominação, que além de propagar jogos de poder, pode determinar ou estigmatizar valores ou mesmo elementos sociais (Thompson, 2002). A fim de objetivar tal concepção, o autor explica que o sentido pelo

qual está interessado é o sentido provocado pelas formas simbólicas, que estão presentes nos contextos sociais e que cercam o mundo social.

De acordo com Moita Lopes (2006), o papel da mídia é manter um discurso heteronormativo no que se refere às diferenças de gêneros. A autora descreve que em alguns momentos, os meios de comunicação tendem a negar a existência ou a reforçar um tipo específico universal de masculinidade e feminilidade. Pode-se pensar que a mídia fomenta a ideia de que todos vivem sob um mesmo padrão.

Apesar da mídia reforçar discursos heteronormativos, alguns meios de comunicação conseguem subverter essa lógica em práticas que fogem do padrão, como por exemplo a rede social *Facebook*, que desde março de 2015, oferece mais opções de identificação de gênero. Conforme matéria publicada no jornal Folha de São Paulo (2015), para além do feminino e masculino, também será possível identificar-se como homem transsexual, travesti, mulher (trans), *crossgender*, neutro e sem gênero, em um total de 17 categorias.

O surgimento das tecnologias de comunicação fez com que os conteúdos começassem a serem produzidos de forma menos verticalizada e o espaço virtual se mostrou cada vez mais aberto e produtivo para a expressão de demandas políticas relativas às questões de gênero (Miskolci & Pelúcio, 2017). Os espaços virtuais se mostram cada vez mais acessíveis para o debate e discussão de questões relacionadas a gênero, porém, “essa mistura de vozes e verdades sobre identidades de gênero e sexualidade no mundo virtual reflete, em certa medida, a intensificação das transformações sociais de nossos tempos, que têm se acelerado e tornado mais exacerbada a convivência de culturas e de estilos de vida” (Biondo, 2015, pp. 211). Contudo, a mídia de certa forma contribui para a formação da subjetividade de mulheres e homens, colaborando na composição da imagem internalizada dos papéis sociais.

### **2.1.6 *Facebook* como mídia da atualidade**

As redes sociais são meios frequentes de comunicação entre as pessoas. A ascensão das redes como forma de comunicação emerge a possibilidade de se criar modos de ser e dizer, bem como possibilidades de se registrar e se inserir em espaços de discussão que antes não eram possíveis (Coêlho, 2016). Pode-se afirmar que as redes sociais também são parte de uma cultura, de modo que o ser humano pode afetar e ser afetado por esse "contexto cultural e social", e transformar sentimentos coletivos em sentimentos individuais ou vice-versa, o que poderá demonstrar a possível construção de uma subjetividade (Córdoba, et al., 2016). De acordo com Assunção e Matos (2014), a rede social *Facebook* foi criada em 2004 por Mark

Zuckerberg e desde então é a rede mais utilizada entre as pessoas. Segundo uma pesquisa estatística realizada pela própria empresa, em torno de 102 milhões de brasileiros usufruem das ferramentas oferecidas pelo *Facebook* todos os meses (Facebook Business, 2016). Esta mesma pesquisa caracteriza a rede social, como um espaço de descoberta, informação, encontros e reencontros. Um ambiente onde as pessoas se conectam com amigos e familiares, compartilham momentos e buscam por conteúdos de seus interesses.

Segundo Ciriaco (2012), a rede social *Facebook* é um dos meios de comunicação mais utilizados em todo o mundo e o Brasil já foi o segundo país com o maior número de usuários desta rede, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. A mídia modifica a forma como as pessoas se relacionam, aprendem, compram, namoram, votam, consultam médico, fazem sexo (Guareschi & Biz, 2005); ou seja, é um recurso capaz de produzir opiniões, normas, valores, saberes e subjetividades. O *Facebook* é visto pelos e pelas jovens como uma extensão da sua esfera privada, tornando-se uma rede social que muda completamente a natureza da relação entre as pessoas (Assunção & Matos, 2014).

Em estudo desenvolvido em Portugal, as autoras referem que 38% da população de seu país utilizam a rede social como forma de socialização e compartilhamento de informações (Assunção & Matos, 2014). No Brasil, em levantamento recente, a mesma rede social é utilizada por cerca de 45% da população mensalmente (Facebook Business, 2015). Assim como em outro estudo realizado recentemente, as autoras afirmam que no Brasil a rede social mais utilizada é o Facebook (Lira, et al., 2017).

Castro e González-Palta (2016), em estudo realizado no Chile, para investigar a percepção de estudantes de Psicologia sobre o uso da rede social Facebook para desenvolver o pensamento crítico, afirmam que o processo dialógico dentro de uma rede social, reflete no desenvolvimento de um pensar criticamente, ou seja, estar em conversação com diferentes opiniões permite uma relativização de ideias próprias promovendo a possibilidade de ideias alternativas. Nesse sentido, pode-se dizer que o Facebook oferece a possibilidade de ampliação da socialização entre diferentes formas de pensar.

Em outro estudo, desenvolvido na Colômbia, com o objetivo de compreender a subjetividade política de jovens a partir de narrativas sobre a utilização do Facebook, os autores referem que as redes sociais dão a impressão de assumirem certa liberdade dentro de suas ações e, portanto, parece que quem utiliza se governa dentro daquele espaço virtual (Córdoba, et al., 2016). De acordo com Grespan (2017), quem utiliza quaisquer redes sociais, entre elas, o *Facebook*, quer mostrar como a liberação de suas palavras pode transformar a opinião de outras pessoas em produção cultural, através desses espaços virtuais. Essa transformação potencializa

o fato de que determinadas perspectivas de mundo se tornem verdadeiras. As redes sociais num todo contribuem para a cidadania, na medida em que proporcionam experiências que possibilitam a vivência de outras formas de sociabilidade (Biondo & Signorini, 2015).

Estudos anteriores descrevem as redes sociais como um meio de mudança na forma como as pessoas se relacionam e se comunicam hoje em dia. Assunção e Matos (2014), num estudo para compreender os posicionamentos de adolescentes quanto à utilização do *Facebook*, realizado em escolas e universidades de Portugal, afirmam que essas novas formas de comunicação influenciam no modo como os adolescentes se relacionam entre si. Porém, em outro estudo, as redes sociais são apresentadas como um espaço onde pode-se estar em lugar nenhum e ao mesmo tempo em todos os lugares, pois as pessoas podem trocar informações ou interagir com quem ou o que quiserem no momento que desejarem (Mozzini & Hennigen, 2016). Contudo, neste e em outros estudos, não há uma interseccionalidade com gênero, o que demonstra a importância e relevância de estudos que aprofundem essa temática.

## **2.2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA**

A trajetória metodológica tem como objetivo apresentar o percurso realizado ao longo da pesquisa. Embora seja delineado também no artigo científico que segue, compreende-se que, no artigo, haja uma delimitação que impede o aprofundamento acerca dos recursos metodológicos realizados.

### **2.2.1 Delineamento da pesquisa**

A pesquisa teve como objetivo analisar percepções sobre as construções de gênero vivenciadas por jovens no cotidiano de suas vidas, a partir de publicações do *Facebook*, apresentadas no discurso de estudantes do EJA de uma escola municipal da região metropolitana do Rio Grande do Sul. Para tanto, buscou-se: analisar as construções sociais de gênero na perspectiva das/dos jovens do EJA; identificar as diferentes construções de gênero encontradas e reconhecidas pelas/pelos jovens do EJA no contexto da rede social *Facebook*; investigar se a igualdade e/ou a desigualdade de gêneros estão presentes entre os relatos das/dos jovens do EJA; compreender qual a importância da rede social Facebook na vida dessas/desses jovens.

O estudo define-se por ser do tipo exploratório e possui um enfoque qualitativo, que por meio de um percurso analítico e sistemático, “tem o sentido de tornar possível a objetivação de um tipo de conhecimento que tem como matéria prima: opiniões, crenças, valores,

representações, relações e ações humanas e sociais sob a perspectiva dos atores em intersubjetividade” (Minayo, 2012, pp.626); ou seja, essa metodologia contribui para o resgate de avaliações, opiniões, concepções e significados atribuídos.

A pesquisa qualitativa visa analisar experiências de indivíduos ou grupos, examinando interações e comunicações que estejam se desenvolvendo ou investigando documentos. Desta forma, este tipo de pesquisa é de “particular relevância ao estudo das relações sociais devido a pluralização das esferas de vida” (Flick, 2009, p.20)

O posicionamento epistemológico desta pesquisa baseia-se na perspectiva dos Estudos Feministas de Gênero e na Psicologia Social Crítica. No Brasil, os Estudos de Gênero tiveram início com o movimento feminista no final dos anos 1970. Ainda hoje os estudos feministas continuam a propiciar perspectivas teóricas comprometidas com a busca por mudanças coletivas, a partir de suas diversas vertentes (Strey, 2013). A perspectiva da Psicologia Social Crítica possibilita um olhar voltado ao ser humano como um agente histórico-social. Percebe-se que o ser humano está em contínua modificação e transformação. Ou seja, para entendermos determinado fenômeno, é necessário olhar para a história, para a sociedade atual e avaliar como o passado foi constituído (Berni & Roso, 2014). A Psicologia Social Crítica atenta em compreender o sujeito a partir do contexto social no qual se localiza. Levam-se em conta as relações de poder, a indiferença e as inquietações sociais para que possa ser realizada uma leitura singular dos fenômenos que são tidos como naturalizados pela sociedade (Borges, 2014). Por esse motivo, entende-se que a Psicologia Social Crítica possa auxiliar os Estudos Feministas de Gênero por dedicar seu olhar para a história, para a sociedade e para a cultura.

### **2.2.2 Participantes do estudo**

A cidade onde ocorreu a pesquisa está localizada na região metropolitana de Porto Alegre, que possui mais de 300.000 habitantes (IBGE, 2016), e conta com 45 escolas municipais de ensino fundamental, 25 escolas estaduais de ensino médio, 48 escolas particulares (de educação infantil a ensino técnico) e 40 escolas municipais de educação infantil (Plataforma Educação, 2017). A pesquisa foi realizada em uma escola municipal, que se encontra na região do centro. A escolha desta escola se deu por conveniência, pois trata-se de uma escola modelo nessa cidade, o que a diferencia das demais escolas. A escola escolhida apresenta algumas particularidades, como a classe social de seu público que encontra-se entre média e alta, o que é um diferencial se tratando de uma escola pública, bem como em função de possuir um grande número de alunas e alunos, que é um critério para a escola contar com a modalidade de ensino “Educação de jovens e adultos” (EJA), que é o modelo de ensino do

antigo supletivo. O EJA é direcionado para pessoas que não concluíram o Ensino Fundamental (1º grau) ou o Ensino Médio (2º grau) na idade própria (Portal Educação, 2017).

Os participantes selecionados para o estudo são jovens do ensino fundamental, matriculadas(os) no EJA. Os critérios de inclusão utilizados são: 1) As/os jovens estarem entre 15 e 29 anos, pois, por mais que a modalidade de ensino não limite um período de idade, o estudo abarcou o período determinado pelo Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013); 2) As/os jovens estarem matriculadas/matriculados na escola escolhida; e por fim, 3) As/os jovens serem membros da rede social Facebook. A pesquisa incluirá tanto jovens do sexo feminino, quanto jovens do sexo masculino.

Foram 37 as/os participantes do estudo, 14 mulheres e 23 homens, que tinham entre 15 e 29 anos, sendo a idade considerada um fator de inclusão. O contato com as/os jovens foi possível a partir de contatos prévios com as diretoras da escola escolhida, a fim de que possíveis dúvidas fossem elucidadas até o aceite final para a participação. Após a aprovação, os convites foram feitos presencialmente aos/as jovens em sua respectiva escola, em horário de aula, previamente agendado com as/os professoras/es. Apesar da ideia inicial do projeto abarcar um número aproximado de 30 alunas/os a participarem (sendo 10 alunas/os em cada grupo), no momento que a pesquisadora começou a fazer os convites, a procura e o aceite foram muito grandes, apontando a necessidade da realização de mais grupos. Portanto, foram realizados 5 grupos que variavam entre 6 a 10 componentes cada um.

Após serem apontadas as questões éticas e retiradas as dúvidas das/os alunas/os, foi entregue a ficha demográfica<sup>1</sup> para preenchimento dos dados das/os interessadas/os. A entrega do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido<sup>2</sup> e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>3</sup> foi realizada as/aos interessadas/os e, em data combinada, seriam recolhidos nas escolas. Ao passo que as/os alunas/os entregavam os documentos, sempre aparecia mais alguma/um aluna/o interessada/o em participar porque não estava presente na aula em que a pesquisadora entrou nas salas. Embora, as diretoras estivessem muito entusiasmadas, a pesquisadora observava o quanto havia uma resistência de algumas/uns professoras/es, pois verbalizavam na hora do intervalo que essas temáticas não deveriam ser discutidas na escola e sim em casa pelas/os responsáveis. Por mais que houvesse essa resistência por parte de algumas/uns professoras/es, a maioria estava de acordo e ainda propuseram que a pesquisadora agendasse alguma atividade com toda a equipe, que possibilitasse a todas/os um momento de

---

<sup>1</sup> A ficha demográfica está localizada no apêndice C para apreciação.

<sup>2</sup> O Termo de Assentimento Livre e Esclarecido está localizado no apêndice B para apreciação.

<sup>3</sup> O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está localizado no apêndice A para apreciação.

aprendizado sobre o assunto e também de integração do grupo.

O Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852/2013) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei n. 8.069/1990) estabelecem diferentes diretrizes que auxiliam na criação de políticas públicas para as diferentes faixas etárias. Em 2013, foi criado o Estatuto da Juventude, que apregoa como jovem a pessoa entre 15 e 29 anos de idade. Nesse sentido, o estatuto engloba parte do público alvo de outra lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), que compreende adolescência entre 12 e 18 anos de idade. Como as/os participantes desta pesquisa possuem entre 15 e 29 anos (conforme mostra o Anexo A), preferimos utilizar o Estatuto da Juventude como referência. Com isso, a maioria das menções realizadas neste estudo será ao termo “jovem” e “juventude”, mas compreendemos que tais conceitos estão englobados em “adolescência”, em alguns momentos.

A idade foi considerada um fator de inclusão, bem como as/os jovens estarem devidamente matriculadas/os no EJA da escola e utilizarem a rede social *Facebook*. A escolha pelas turmas desta modalidade de ensino se deu por conta da faixa etária que queríamos abarcar com a pesquisa. Os processos de apresentação e de aprovação foram necessários para que a realização dos grupos ocorresse. No próximo tópico, será apresentado o instrumento utilizado para o desenvolvimento dos encontros.

### **2.2.3 Instrumento de coleta de dados**

Foram realizados grupos focais com jovens de uma escola municipal da região metropolitana do Rio Grande do Sul. Entende-se que a utilização dos grupos focais ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade (Gondim, 2002). Conforme Barbour (2009), qualquer discussão de grupo pode ser chamada de um grupo focal, contanto que o pesquisador esteja ativamente atento e encorajando às interações do grupo. É por meio deles que serão observados conceitos como opiniões, sentimentos, explicações, valores e crenças, expressos pela linguagem, atitudes e condutas dos/das participantes. O grupo se destaca como um instrumento que ultrapassa a característica de somente coletar dados, pois nos possibilita espaços que viabilizem mais reflexões acerca de uma temática do que em uma situação individual; isto é, as informações conquistadas são mais intensas no âmbito grupal (Backes et al., 2011). O uso dos grupos focais, portanto, esteve relacionado com os objetivos da pesquisadora.

A escolha pelo método do grupo focal se deu, porque o instrumento de coleta de dados proporciona um importante recurso de interação grupal que tem o papel de produzir e ampliar problematizações sobre um tema ou foco específico (Backes et al., 2011). O instrumento

permitiu que a pesquisadora conhecesse a percepção das/dos jovens e os modos pelos quais as perspectivas delas/deles são socialmente construídas. O grupo focal possibilitou que o debate entre as/os participantes fosse estimulado, permitindo que os temas discutidos fossem mais problematizados do que em uma situação de entrevista individual. As/os participantes, de modo geral, ouviram as opiniões dos outros antes de formarem as suas próprias e, constantemente, mudaram de posição, ou fundamentaram melhor sua opinião inicial, quando envolvidos na discussão em grupo (Backes et al., 2011). O acesso às informações sobre como as relações sociais são vivenciadas pela “vida real” é privilegiado nos grupos focais (Barbour, 2009). Marková (2004), refere que o grupo focal é utilizado para entender como são compreendidas as experiências da vida cotidiana, e que normalmente um grupo focal é capaz de evocar algo de uma forma espontânea e que essa forma em linguagem, significa a construção de novos significados e a transformação de uma realidade em outra.

Foram realizados cinco grupos focais, sendo três deles mistos (composto por mulheres e homens), um feminino e outro masculino, as/os os quais foram convidadas/os e encorajadas/os a discutir o tema de pesquisa em questão nas suas mais diversificadas dimensões, dentro de um processo de interação e participação dos envolvidos (Gaskell, 2002). A divisão dos grupos se deu desta forma com o intuito de contrastar diferenças que possam emergir dessa diferente formação de grupo. As participantes mulheres chegaram a verbalizar que preferiam um grupo feminino para se expressarem melhor e ficarem mais a vontade, pois existem assuntos a serem falados que os colegas homens não respeitariam e/ou levariam na brincadeira. De acordo com Gaskell (2002), é apropriada a participação de até dez pessoas nos grupos focais. Portanto, foi organizado o período de até 1 hora e 30 minutos de duração para todos os grupos, o que acabou variando de um grupo para o outro, pois o grupo feminino, por exemplo, durou 1 hora e 15, ao contrário do grupo masculino que durou 50 minutos e os grupos mistos variavam de 40 minutos até 50 minutos, nunca ultrapassando disso. Os encontros foram gravados em áudio e vídeo para a transcrição dos dados. Aqui, será apresentada uma breve explanação de como ocorreu cada grupo focal neste estudo.

O roteiro<sup>4</sup> utilizado para o desenvolvimento dos grupos focais foi único e igualmente aplicado para todos os grupos. Foram expostas nos grupos, publicações de páginas diversas do *Facebook*, com a temática “Gênero”. A ideia do critério de seleção das publicações<sup>5</sup>, foi pensada de duas formas: a primeira seria por conveniência; a segunda seria a partir das sugestões das/dos próprias/próprios estudantes no dia do primeiro grupo. Porém as páginas que

---

<sup>4</sup> O roteiro utilizado para o desenvolvimento dos grupos está localizado no apêndice D para apreciação.

<sup>5</sup> As publicações apresentadas nos grupos estão localizadas no apêndice E para apreciação.

as alunas/os mencionaram acompanhar no *Facebook*, passavam longe do que era o objetivo e não tinham o conteúdo proposto. Portanto, as publicações escolhidas foram somente por conveniência da pesquisadora e apresentadas para às/aos alunas/alunos como meio de impulsionar a discussão e o debate no grupo.

#### **2.2.4 Questões éticas**

O presente estudo respeitou as normativas da Resolução 466/12 (2012) e da 510/16 (2016), que preveem os cuidados a serem tomados com seres humanos em pesquisas científicas. Os procedimentos desta pesquisa somente foram aplicados após a aprovação do Projeto de Pesquisa “ Reflexões sobre a relação do *Facebook* nas construções de gênero na juventude: uma análise das narrativas de estudantes do EJA” pelo Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, CAAE 85800218.1.0000.5336.

Durante o processo de elaboração da pesquisa, tanto no contato com as diretoras da escola quanto ao realizar os convites às/aos alunas/os, respeitou-se a disponibilidade e o interesse em participar. Os objetivos da pesquisa foram elucidados, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (para pais/mães/responsáveis e maiores de idade) e o Termo de Assentimento (para as/os jovens menores de idade) foram assinados.

Informamos que a pesquisa não traria um benefício direto às/aos participantes, mas que, com a participação, estariam colaborando com a temática das construções de gênero na juventude. Da mesma forma, em relação aos possíveis riscos, caso o estudo mobilizasse algum mal-estar ou desconforto, a qualquer momento a participação poderia ser suspensa. O critério de exclusão foi a não participação das/os jovens que tivessem menos de 15 anos completos ou acima de 29 anos, das/os jovens que não utilizassem a rede social *Facebook* e também a recusa das/os mãe/pais/responsáveis em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e/ou, no caso das/os jovens, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido. Buscando manter o anonimato das/dos participantes, as falas foram apresentadas com nomes fictícios.

#### **2.2.5 Análise dos dados**

As percepções das/dos jovens advindas dos grupos focais demonstraram a forma como a/o jovem compreende e percebe determinada construção de gênero a partir dos conteúdos acessados na rede social *Facebook* e foram fundamentados no método da análise temática dos temas que emergirem. Os temas serão discutidos à luz de Estudos Feministas de Gênero e da Psicologia Social Crítica apresentados na introdução do projeto. O método da análise temática

procura identificar e interpretar padrões encontrados nos dados coletados. As seguintes etapas serão seguidas: familiarização com os dados, codificação, busca pelos temas, revisão dos temas, definição e nomeação dos temas e relatório/ análise final (Braun & Clarke, 2006).

De acordo com as autoras Braun e Clarke (2006), as etapas da análise temática podem ser definidas da seguinte maneira: a primeira diz respeito à Familiarização, que consiste na leitura e releitura do material, para tornar-se imerso e intimamente familiarizado com o seu conteúdo. A segunda, Codificação, envolve a geração de códigos que identifiquem características importantes do material que possam ser relevantes para responder à pergunta de pesquisa. A codificação envolve codificar todo conjunto de dados coletados. Depois disso, busca-se agrupar todos os códigos, bem como todas as extrações relevantes de dados, para estágios posteriores de análise.

A terceira etapa da análise temática refere-se à Busca pelos Temas, correspondente ao exame de códigos e materiais agrupados para identificar padrões de significado mais amplos (temas em potencial). Isto envolve agrupar dados relevantes para cada tema em potencial, para que possa se trabalhar com os dados e revisar a viabilidade de cada tema em potencial. A quarta, Revisando Temas, diz respeito a checar os temas em potencial de encontro com todo o conjunto de dados, para determinar que estes temas falam convincentemente sobre os dados e que respondem a pergunta da pesquisa. Nesta fase, temas são tipicamente refinados, o que as vezes acarreta em sua divisão, combinação ou no descarte dos mesmos (Braun & Clarke, 2006).

A quinta etapa, denominada Definindo e Nomeando Temas, corresponde ao desenvolvimento de uma análise detalhada de cada tema, elaborando o escopo e o foco destes, determinando a “história” de cada um. Também envolve definir um nome informativo para cada tema. Dentre os resultados apresentados a partir dos três temas de análise, estão: 1) A conexão entre o mundo real e o mundo virtual ao passo que a rede social *Facebook* é utilizada pelas(os) jovens como uma ferramenta de compartilhamento e/ou relacionamento entre as pessoas, bem como um meio de acesso à informação; 2) Interpretações e entendimentos distintos acerca de temas como feminismos, machismos, diversidade de gênero, que na maioria das vezes foram percebidos e significados de maneira equivocada, em decorrência da falta de informação e debates em torno dessas temáticas; e, 3) Diferentes papéis de gênero existentes em nossa sociedade e que servem como base normativa de atitudes consideradas típicas para determinado grupo social e de gênero.

A sexta e última etapa, nomeada. Escrevendo o relatório/ Análise final, corresponde ao momento de costurar a narrativa analítica e o extraído dos dados, e contextualizar a análise em relação a literatura pré-existente. Mesmo que sequenciais e pré-requisitos, a análise tipicamente

é um processo recursivo, repetido, com um movimento para trás e para frente entre cada fase, portanto, não é rígido, e com mais experiência (e menores conjuntos de dados), o processo analítico pode fundir algumas destas fases (Braun & Clarke, 2006). Ao fim, foi formulada uma análise que agrega tanto a fala das/os jovens quanto as teorias que nos orientam à compreensão do fenômeno analisado.

### 3 ARTIGO

**Todo mundo é igual? Construções de Gênero sob o olhar da Juventude**  
**Everybody is equal? Gender Constructions under the eyes of Youth**  
**¿Todo el mundo es igual? Construcciones de Género bajo la mirada de la Juventud**

Caroline Gonçalves Nascimento<sup>6</sup>

Millena Holz Waskow<sup>7</sup>

Marlene Neves Strey<sup>8</sup>

Ângelo Brandelli Costa<sup>9</sup>

**Resumo:** A escola pode revelar, entre outras coisas, situações e procedimentos pedagógicos e curriculares relacionados à produção de diferenças e distinções sociais, que interferem na formação e na produção social do desempenho escolar. A Educação de Jovens e Adultos têm como propósito a Formação Continuada, oportunizando àqueles que não tiveram acesso à escola quando ainda eram crianças ou por vários outros motivos, que se alfabetizassem, obtendo assim o que é um direito à cidadania. O presente artigo é resultado de uma investigação que objetivou analisar construções de gênero na juventude a partir das percepções de alunas(os) da modalidade de ensino “Educação de Jovens e Adultos”. Foram expostas publicações da rede social *Facebook* com a temática “Gênero”, a estudantes entre 15 e 29 anos de uma escola municipal da região metropolitana do Rio Grande do Sul. Para tanto, foram realizados cinco grupos focais, onde buscou-se analisar as construções sociais de gênero na perspectiva das(dos) jovens, a partir do a partir do método da análise temática. Os principais resultados revelam como as construções de gênero apresentam-se de forma plural para as(os) jovens na sociedade atual, até mesmo em função de terem vivências diferentes de vida.

**Palavras-chave:** Gênero; Juventude; Escola.

---

<sup>6</sup> Psicóloga com mestrado em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela PUCRS e integrante do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais (PVPP/PUCRS); E-mail: [carolineegn@gmail.com](mailto:carolineegn@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4789-9474>

<sup>7</sup> Graduanda em Psicologia pela UFCSPA e integrante do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais (PVPP/PUCRS); E-mail: [millenaholzwaskow@gmail.com](mailto:millenaholzwaskow@gmail.com); ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8707-6187>

<sup>8</sup> Psicóloga com mestrado e doutorado em Psicologia Social. Coordenou por 20 anos o Grupo de Pesquisa Relações de Gênero da PUCRS. Pesquisadora do CNPq. Suas pesquisas, estudos e publicações são orientados pelas teorias de gênero feministas. E-mail: [nevesstrey@gmail.com](mailto:nevesstrey@gmail.com); ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3030-5668>

<sup>9</sup> Psicólogo, doutor em Psicologia pela UFRGS, professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, coordenador do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais (PVPP/PUCRS). Conselheiro titular do CRPRS. E-mail: [angelobrandellicosta@gmail.com](mailto:angelobrandellicosta@gmail.com); ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0742-8152>

**Abstract:** The school can reveal, among other things, pedagogical and curricular situations and procedures related to the production of social differences and distinctions, which interfere in the formation and social production of school performance. Youth and Adult Education aims at Continuing Education, giving those who did not have access to school when they were still children or for various other reasons, to become literate, thus obtaining what is a right to citizenship. This article is the result of an investigation that aimed to analyze the constructions of gender in the youth from the perceptions of students of the modality of education "Youth and Adult Education". Publications of the social network Facebook with the theme "Gender" were exposed to students between 15 and 29 years of a municipal school in the metropolitan region of Rio Grande do Sul. Five focus groups were carried out, in order to analyze the constructions gender perspectives from the perspective of the young, from the thematic analysis method. The main results reveal how gender constructions present themselves in a plural form for young people in today's society, even as they have different life experiences.

**Keywords:** Gender; Youth; School.

**Resumen:** La escuela puede revelar, entre otras cosas, situaciones y procedimientos pedagógicos y curriculares relacionados a la producción de diferencias y distinciones sociales, que interfieren en la formación y en la producción social del desempeño escolar. La Educación de Jóvenes y Adultos tiene como propósito la Formación Continuada, oportunizando a aquellos que no tuvieron acceso a la escuela cuando aún eran niños o por varios otros motivos, que se alfabetizaran, obteniendo así lo que es un derecho a la ciudadanía. El presente artículo es el resultado de una investigación que objetivó analizar construcciones de género en la juventud a partir de las percepciones de alumnos de la modalidad de enseñanza "Educación de Jóvenes y Adultos". Se expuso publicaciones de la red social Facebook con la temática "Género", a estudiantes entre 15 y 29 años de una escuela municipal de la región metropolitana de Rio Grande do Sul. Para ello, se realizaron cinco grupos focales, donde se buscó analizar las construcciones sociales de género en la perspectiva de los jóvenes, a partir del a partir del método del análisis temático. Los principales resultados revelan cómo las construcciones de género se presentan de forma plural para los jóvenes en la sociedad actual, incluso en función de tener vivencias diferentes de vida.

**Palabras clave:** Género; la juventud; Escuela.

## 1. INTRODUÇÃO

As juventudes atuais vivenciam mudanças que podem transformar ou não alguns lugares e papéis ocupados no decorrer de suas vidas. De acordo com Nunes e Weller (2003), destacam-se as mudanças no mundo da família e do trabalho, bem como seus impactos em diferentes dimensões da vida individual e social. Porém, a juventude vai além de um fenômeno de mudanças físicas, sendo atravessada por questões mais abrangentes de ordem social, cultural e histórica (PIZZINATO et al., 2017). Os estímulos cotidianos sobre as(os) jovens produzem diversas visões de mundo e ideologias. Portanto, cada gesto, aparentemente comum, está carregado de significados e de estímulos diversos (NUNES, WELLER, 2003). Deste modo, o estímulo utilizado no presente estudo para tensionar a discussão, foi a rede social *Facebook*, criada em 2004 por Mark Zuckerberg e desde então é considerada a rede mais utilizada entre as pessoas (ASSUNÇÃO; MATOS, 2014), que com seu conteúdo pode contribuir nas construções de gênero e em como homens e mulheres situam-se no mundo, na cultura e nas sociedades.

A concepção de gênero é adotada no estudo como categoria de análise que se refere às relações de poder existentes entre mulheres e homens e usada pelo feminismo para se problematizar “Construções culturais” de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres (SCOTT, 1995). Pode-se dizer que as construções de gênero produzidas pela juventude podem, ou não, estarem associadas aos modelos hegemônicos, ainda naturalizados pela sociedade e que por vezes alimentam a dominação masculina. A escola, que deveria ser reconhecida como um espaço de formação acadêmica e humanização, sem qualquer tipo de preconceito, tem sido um espaço de reprodução desses modelos hegemônicos. Bento (2011) refere que um dos meios para que espaços educativos não reproduzam comportamentos de gênero, é o de ampliar o olhar para a forma com que a sociedade produz as verdades sobre o que deve ser reproduzido. Para que seja possível a desconstrução, o primeiro passo seria subverter os pressupostos de neutralidade instaurados durante tanto tempo nos espaços escolares (MISKOLCI, 2017).

A escola pode revelar, entre outras coisas, situações e procedimentos pedagógicos e curriculares relacionados à produção de diferenças e distinções sociais, que interferem na formação e na produção social do desempenho escolar (JUNQUEIRA, 2013). É notório o desafio que a Educação enfrenta no sentido de repensar algumas de suas principais ações. Miskolci (2017) refere que as(os) educadoras(es) deveriam se questionar sobre o que significa educar e como se faz isso, pois em uma lógica não normalizadora, educar seria uma atividade

dialógica em que os aspectos invisibilizados deveriam fazer parte do cotidiano escolar das(os) estudantes.

As autoras Rizza, Ribeiro e Mota (2018) atentam para o fato de que se viveu um momento histórico, no qual a promoção e o reconhecimento da diversidade e da diferença entraram na ordem do discurso. Porém, por mais que isso tenha acontecido, a possibilidade de um retrocesso torna-se maior, principalmente quando se começa a falar de “ideologia de gênero”, uma expressão de conotação predominantemente negativa no país, liderada por grupos conservadores, que condenam qualquer diálogo acerca das questões de gênero e sexualidades em espaços educacionais (SEFFNER, 2016). A escola nada mais é do que um espaço de formação humana, onde se torna fundamental que hajam discussões acerca das compreensões de gênero, sexualidade e diversidade sexual e para que exista um processo de humanização, é essencial que se rompa algumas ideias cristalizadas pela sociedade (CAMPOS, 2015). Quando o processo de humanização das discussões for alcançado, uma juventude consciente das relações sociais a que estão submetidas no universo das diversidades estará formada.

A Educação de Jovens e Adultos têm como propósito a Formação Continuada, oportunizando àqueles que não tiveram acesso à escola quando ainda eram crianças ou por vários outros motivos, que se alfabetizassem, obtendo assim o que é um direito à cidadania (RAFAELI, 2015). Considerando a importância da Educação para a possibilidade de transformações sociais na sociedade atual, faz-se necessário que as(os) educadoras(es) de hoje, tenham maiores conhecimentos para trabalhar com as(os) jovens e adultas(os) da atualidade, não só utilizando didáticas diferentes, levando em conta a tecnologia que está presente no cotidiano das pessoas, mas também sabendo lidar com as diferenças e individualidades das(os) alunas(os).

A inserção da internet no cotidiano da maioria das pessoas e o impacto das mídias sociais têm se tornado assunto recorrente, causando impacto na cultura e na forma de expressão, bem como nas questões de gênero, também expostas e continuamente construídas num espaço virtual. O contexto apresentado propicia a possibilidade de se problematizar as relações sociais construídas e aceitas socialmente e culturalmente (BERNARDES, 2014). Portanto, a internet acaba tornando-se um espaço múltiplo de comunicação. Os espaços virtuais são considerados por Pierre Lévy (1999), como modos de existência e surgimento tanto da verdade, quanto da mentira e são vistos também como espaços que ainda dependem de um suporte físico, mas não de uma visão de tempo e espaço tradicional.

Diante da importância de se discutir tais temáticas, tendo em vista a participação que a mídia possui na produção e reprodução de subjetividades, representando por muitas vezes, a

única ou a principal fonte de informação e de formação de opinião da sociedade, e também a resistência e dificuldade encontrada nos espaços escolares para se discutir “Gênero”, este estudo tem como objetivo analisar as diferentes percepções de gênero construídas e vivenciadas por jovens no cotidiano de suas vidas, a partir da exposição de publicações da rede social *Facebook* com a temática “Gênero”, a estudantes entre 15 e 29 anos matriculados na modalidade de ensino “Educação de Jovens e Adultos” (EJA).

## 2. METODOLOGIA

O artigo “Todo mundo é igual? Construções de Gênero sob o olhar da Juventude” é situado em uma perspectiva que busca em seus referenciais teóricos uma relação entre a juventude e as questões de gênero vivenciadas por jovens no cotidiano de suas vidas. Assim, mais do que estabelecer um método de pesquisa, delimitou-se uma perspectiva teórico-metodológica com base em princípios que nos conduzem as diferentes compreensões do campo de pesquisa. Foram analisadas as construções de gênero a partir das experiências trazidas pelas(os) jovens acerca dessa temática, presente nos diferentes espaços que ocupam na sociedade.

Torna-se fundamental, entender como as(os) jovens se reconhecem nos grupos que estão inseridas(os), quais são seus questionamentos, discursos e angústias, presentes em seus discursos e que norteiam o modo como a discussão acontece. Saber como se dão as diferentes percepções de cada uma(um), por meio dos discursos, tensionados a partir da apresentação de publicações da rede social *Facebook*, com a temática “Gênero”, revela o quanto as questões de gênero presentes nos discursos estão relacionadas às vivências diárias dessas(es) jovens. Também é importante mencionar o quanto a escola pode ser um local acolhedor e estimulante para se fazer essas discussões.

O estudo foi realizado em uma escola municipal da região metropolitana do Rio Grande do Sul com jovens entre 15 e 29 anos que estavam matriculados em séries que compõem o ensino fundamental. Buscou-se estabelecer contato com jovens usuárias(os) da referida rede social, por meio de uma ficha demográfica, que demonstraram interesse em participar do estudo. Para tanto, foram entregues dois termos de consentimento livre e esclarecido, um dirigido às(aos) jovens maiores de 18 anos e outro para as(os) responsáveis das(dos) jovens menores de 18 anos, que também assinaram um termo de assentimento para participar da pesquisa.

As(os) participantes selecionadas(os) para o estudo foram jovens do ensino fundamental, matriculadas(os) na modalidade de ensino “Educação de Jovens e Adultos”

(EJA), que é o modelo de ensino do antigo supletivo. O EJA é direcionado para pessoas que não concluíram o Ensino Fundamental (1º grau) ou o Ensino Médio (2º grau) na idade própria (PORTAL EDUCAÇÃO, 2017). Os critérios de inclusão utilizados foram: 1) As(os) jovens estarem entre 15 e 29 anos, pois, por mais que a modalidade de ensino não limite um período de idade, o trabalho focou no período determinado pelo Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013); 2) As(os) jovens estarem matriculadas/matriculados na escola escolhida; e por fim, 3) As(os) jovens serem membros da rede social *Facebook*.

Utilizou-se a metodologia dos grupos focais, que conforme Barbour (2009), caracteriza-se por qualquer discussão em que o pesquisador esteja ativamente atento e encorajando às interações do grupo. É por meio deles que foram observados conceitos como opiniões, sentimentos, explicações, valores e crenças, expressos pela linguagem, atitudes e condutas das(os) participantes. A escolha pelo método do grupo focal se deu porque o instrumento de coleta de dados proporciona um importante recurso de interação grupal que tem o papel de produzir e ampliar problematizações sobre um tema ou foco específico (BACKES; COLOMÉ; ERDMANN; LUNARDI, 2011). O instrumento permite que se conheça a percepção das(os) jovens e os modos pelos quais as perspectivas delas(eles) são socialmente construídas. Os grupos focais tinham no mínimo 8 e no máximo 10 participantes, os quais foram convidados e encorajados a discutirem o tema de pesquisa em questão nas suas mais diversificadas dimensões, dentro de um processo de interação e participação dos envolvidos (GASKELL, 2002).

Foram expostas nos grupos focais, publicações de páginas diversas do *Facebook*, com a temática “gênero”. O critério de seleção das publicações foi por conveniência e a duração dos grupos variou de 40 minutos até 1 hora. Os áudios decorrentes desses grupos foram transcritos para posteriormente serem analisados.

Para analisar os dados foi utilizado o método da análise temática dos temas que emergirem (BRAUN; CLARKE, 2006). O processo de análise e interpretação do material de acordo com o método da análise temática, propõe seis fases, sendo estas: familiarização com os dados, codificação, busca pelos temas, revisão dos temas, definição e nomeação dos temas e relatório/análise final.

A seguir, serão apresentados os temas constituídos a partir da análise temática de Braun e Clarke (2006). Os dados significativos presentes nos grupos focais, apresentados a partir das percepções de jovens estudantes do EJA - nomeados durante as análises com nomes fictícios para fins de manter o anonimato das(os) participantes, serão demonstrados nos seguintes temas: Percepções sobre movimentos sociais e igualdade de gênero e Papéis de gênero na sociedade.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### Percepções sobre movimentos sociais e igualdade de gênero

Os movimentos sociais e as discussões sobre igualdade de gênero estão cada vez mais presentes na sociedade, principalmente entre as(os) jovens. Como consequência, os debates sobre essas temáticas aparecem com frequência nas falas das(os) alunas(os), no qual apresentam as mais distintas percepções sobre o tema.

Ao serem questionadas(os) sobre o feminismo, em um mesmo grupo foram expostas diferentes percepções, principalmente em relação ao movimento feminista. Por mais que existam afirmações de apoio ao movimento, também houveram discursos que evidenciam a falta de informação sobre o assunto. Nos trechos abaixo, um grupo de homens faz comentários sobre o feminismo, demonstrando a importância do movimento para o meio social, discutindo sob um viés positivo a relevância do movimento.

*“Tipo, algumas leis são em favorecimento aos homens e não às mulheres. Acho que o feminismo tem a ver com isso, pois isso precisa ser mudado”* (Cristiano, 17 anos, 6º ano)

*“Tem homens que trabalham e desempenham a mesma função que a mulher e ganham mais que ela, não tem cabimento isso aí. Por que a mulher não pode ganhar o mesmo salário se está fazendo a mesma coisa?”* (Douglas, 16 anos, 6º ano)

*“Tá muito errado isso, não deveria existir essa desigualdade. Acho que o feminismo é muito importante para que se acabe com essas diferenças sem sentido”* (Milton, 20 anos, 8º ano)

Entretanto, durante os grupos, opiniões errôneas a respeito do feminismo e da igualdade de gênero foram encontradas. Houve um debate complexo em torno dos Feminismos, que de acordo com alguns relatos femininos, revelou-se de forma mais preconceituosa e conservadora em relação aos homens, que por vezes acabam produzindo um discurso mais desnaturalizado sobre o movimento. Porém, muitas dessas construções, podem ser relacionadas ao que é veiculado na mídia, pois a propagação de conteúdos não condizentes com a proposta do movimento feminista, no qual indivíduos ainda perpetuam o modelo normalizado de mulher mãe/dona de casa é cada dia mais difundido por inúmeros meios de comunicação, mas principalmente as mídias sociais (COELHO, 2016).

*“Sou contra!”* (Ricardo, 17 anos, 6º ano)

*“Sou a favor!”* (Milton, 20 anos, 8º ano)

*“Contra o machismo também...”* (Raíssa, 26 anos, 7º ano)

*“É, contra o machismo também... Mas é sem noção esse feminismo aí! Tá louco!”* (Jairo, 15 anos, 8º ano)

Embora não haja consenso quanto à ampliação das críticas feministas para além do universo "feminino", assim como propõe a teoria *queer*, e inclusão de homens no movimento, é impossível pensar em uma sociedade, na qual todos, sem exceção, possam trabalhar juntos pelo combate ao machismo e de tantos preconceitos que nos aprisionam, nos cerceiam e nos subjugam. A importância de dispositivos midiáticos na comunicação e divulgação de ideias feministas pode ser observada ainda hoje através do desenvolvimento recente de uma ampla gama de mídias alternativas por grupos feministas (WOITOWICZ, 2012).

Mesmo assim, o feminismo ainda gera incômodo, tanto para os opressores quanto para os oprimidos, pois remete a desconstrução de concepções em uma sociedade que se debruça em ideologias de dominação entre gêneros para que possam ser mantidas as concepções históricas de construções realizadas acerca do homem e da mulher. Essa mesma ideologia separa as mulheres, podendo as enfraquecer gerando conflitos internos tanto nos próprios Feminismos quanto dentro do gênero feminino construído, sendo que essas concepções perpassam por diversas esferas durante a vida (COELHO, 2016).

*“O feminismo luta pelos direitos das mulheres e não pelos direitos iguais. Só serve para as mulheres terem os direitos delas” (Kátia, 17 anos, 9º ano)*

*“Elas ficam falando que a culpa é dos homi e não sei o que, porque não podia votar antes e agora pode, e elas quer eleger tudo é mulher... se escolher uma presidente, tem que ser mulher” (Alex, 16 anos, 9º ano)*

As construções realizadas ao longo dos séculos a respeito dos gêneros perpassam os comportamentos humanos em diversas esferas do meio social, inclusive por indivíduos que sofrem com a estagnação e o preconceito gerados pela reprodução desses estereótipos. Incluem-se aqui as mulheres que reproduzem os conteúdos de teor machista durante os grupos realizados, pois por meio da propagação desses pensamentos enviesados, a probabilidade de enfraquecimento dos próprios movimentos feministas é existente, porém demonstra o quanto as mulheres também expressam as estruturas da pressão, as quais ainda estão fixadas a essa lógica pautada em ideologias e construções distorcidas a respeito de gênero.

Em relação ao grupo focal feminino, em seus relatos, são exemplificadas as desigualdades de gênero e as suas percepções sobre os movimentos sociais, principalmente os feministas, onde as consequências desses dois fatores distintos são apresentadas e debatidas neste grupo. São trazidas à tona algumas de suas vivências diárias e as implicações da construção do ser mulher no ambiente escolar e na sociedade em que estão inseridas.

*“É, tem preconceito aqui... A gente não pode usar decote e não pode vir com um calção muito curto, porque os meninos não vão respeitar a gente, eles tem que aprender a respeitar a gente independente da roupa que a gente tiver. Que nem a gente vem de decote e os guris falam “ah, tão se oferecendo! Vou botar no prato, porque dá pra comer”. Mas é o jeito de se vestir, eles tem que entender isso, e respeitar isso” (Raíssa, 26 anos, 7º ano)*

*“Eu também namorava, mas numa festa uma vez eu tava dançando com as minhas amigas e ele me puxou... a minha irmã tava junto... ele me puxou e disse que eu tava me oferecendo para aqueles caras, ele me chamava de puta e criticava o jeito como eu me vestia também. Eu acho que mulher tem que se vestir do jeito que ela quiser. Eu me visto pra me sentir bem” (Patrícia, 18 anos, 7º ano).*

No entanto, no discurso das alunas, as construções do gênero feminino apresentadas em suas vivências escolares são trazidas por meio da estereotipação e do preconceito em relação às suas vestimentas. Como, por exemplo, roupas decotadas e shorts curtos são referidos como sendo uma “vulgaridade feminina” por parte da sociedade machista. Por meio da reprodução desse pensamento, as alunas foram criticadas e até mesmo objetificadas, como relatado por uma das alunas que verbalizou ter sido desrespeitada por um de seus colegas. Os comentários apresentados acima demonstram a desigualdade de gênero e os estigmas sociais relacionados às construções acerca da imagem de mulher “ideal”. Assim como apresentado por Thompson (2007), tal desigualdade e normalização de tal comportamentos são estratégias ideológicas de dominação realizadas pela maioria, aqui estabelecidas como sendo compostas por homens heterossexuais.

*“Mulher perfeita é aquela que ajuda em tudo, independente se bebe ou não” (Laércio, 17 anos, 9º ano)*

*“Sempre rola esses comentários, mulher não pode beber, mulher pra casar não pode fazer isso e aquilo, acho tudo isso uma bobagem. Tem mulher que bebe mais que homem né gurias?” (Raíssa, 26 anos, 7º ano)*

*“Mulher perfeita não existe! Existe uma quase! A mulher perfeita acompanha o cara em festa, por exemplo, porque senão vai ficar um troço estranho. Tipo... o cara quer jogar bola, a mina tem que acompanhar o cara. Se a mina quer ir no shopping, o cara tem que acompanhar a mina também” (Guilherme, 16 anos, 7º ano)*

O desejo e vontade feminino são muito mais complexos do que o simples ato de exercer o livre arbítrio, já que a interferência ocorrida pelo meio social, no público feminino, em relação aos seus comportamentos, aparenta ser mais governado por normas de conduta do que os mesmos quando ocorrem com outros gêneros. Tal fato se relaciona diretamente com os papéis

impostos aos gêneros, no qual será discutido especificamente no próximo tema de análise. A separação de direitos e possibilidades de comportamento atribuídas aos homens e às mulheres no meio social, permeia diversos ambientes sociais. Além dos preconceitos e desigualdades relatados pelas participantes dos grupos dentro da sala de aula, as festas e locais de lazer também são alvo de repressão, como relatado na fala do grupo abaixo:

*“Eu só acho errado nas festas que a mulher paga meio e o homem tem que pagar inteiro” (Marcos, 15 anos, 6º ano)*

*“Pra ter bastante mulher pros cara escolher” (Cristiano, 17 anos, 6º ano)*

*“É uma vitrine de mulher né sora?” (Wilmar, 16 anos, 7º ano)*

*“Pra entrar mais mulher e ficar bêbada” (Flávio, 16 anos, 7º ano)*

A partir do que foi retratado acima podemos fazer análise de três fatores interligados que permearam o discurso das(os) participantes. O primeiro diz respeito ao valor dos ingressos nas festas, onde diversas vezes os vendidos às mulheres são mais baratos ou até mesmo de graça, enquanto para os homens é mais caro e o segundo diz respeito a motivação para que tal valor seja inferior para um público e superior para outro. A hipersexualização da mulher faz com que donas(os) de festas proporcionem ingressos por um preço menor para atrair o público feminino, e como dito na própria discussão dos alunos, a estratégia utilizada pelas festas serve para os homens terem uma espécie de “vitrine”, na qual podem “escolher” com qual delas desejam ficar.

Tal temática gera muita discussão devido a divergência entre o comportamento e pensamento, pois ao ser relatado o descontentamento em relação ao pagamento dos ingressos com preços maiores pelo público masculino, os mesmos ainda frequentam tais festas, pelos motivos apresentados que objetificam o corpo feminino. O terceiro está relacionado ao comportamento exercido por homens e mulheres dentro de festas retoma a temática apresentada de que as mulheres têm suas vontades, principalmente as relacionadas a sexualidade, oprimidas. Este fator é ilustrado abaixo por uma aluna que questiona o porquê de mulheres, no exercício de sua sexualidade, ao desejarem ficar com várias(os) mulheres/homens em festas são hostilizadas, se quando o mesmo fato ocorre com homens, não acontece a mesma coisa.

*“Porque que mulher que fica com um monte de homem é puta e homem pode ficar com todo mundo que é garanhão?” (Nádia, 18 anos, 7º ano)*

*“Ah isso aí eu acho errado também. A mina fica com um monte de cara aí é puta, o cara pega um monte aí é foda.” (Paulo, 15 anos, 9º ano)*

Em inúmeros relatos as(os) alunas(os) trouxeram os termos “machismo” e “machista” para explicitar alguma situação ocorrida em suas experiências de vida. Outra questão apresentada em diversas falas das(os) alunas(os) foi o debate em torno de aspectos referentes ao preconceito e a diversidade de gênero, que ainda aparecem de forma naturalizada, como demonstram os seguintes trechos:

*“Os homens são mais preconceituosos... tanto quanto ao machismo quanto a escolha sexual. As mulheres aceitam mais, se um amigo for gay ou se uma amiga for lésbica, por exemplo... elas aceitam mais ou se for a outra lá... como é o nome? Ah bissexual também, elas aceitam. As mulheres sempre vão aceitar mais”* (Geisa, 15 anos, 9º ano)

*“O preconceito que a escola tem é muita mais dos homens do que das mulheres, os homens são mais machistas. Por exemplo, o nosso colega disse que o meu marido era bem veado e que eu ia levar um chifre.... Os homens são muito machistas quando o assunto é sexualidade”.* (Beatriz, 29 anos, 6º ano)

*“Na minha casa os homens só atrapalham! Eles não fazem nada! Isso daí é machismo pra mim”* (Carla, 15 anos, 6º ano)

*“É, eu acho que o homem tem que ser companheiro da mulher, ajudar nas tarefas do dia-a-dia. Os homens acham que se ajudarem na cozinha vão ser gays. Eu vejo uns homens dizendo assim “ah, o homem lá não veio jogar futebol, ficou em casa ajudando a mulher a fazer faxina... É bem puto mesmo!”* (Cláudio, 21 anos, 8º ano)

A partir do que foi apresentado, podemos considerar que os movimentos sociais, assim como os papéis de gênero, permeiam o ambiente escolar. Um caso que demonstra uma ligação entre os dois assuntos, foi a mobilização ocorrida no ano de 2016 no Colégio Anchieta na cidade de Porto Alegre<sup>10</sup>, onde meninas que se sentiam desconfortáveis pelas autoridades do colégio em não permitirem a utilização de “shorts”<sup>11</sup> no ambiente escolar se manifestaram contra tal opressão. O fato teve repercussão nacional, no qual foi intitulado pelas estudantes de: “Vai ter shortinho, sim!”. Esse tipo de movimento por parte das alunas demonstra a importância de discussões em torno dessas questões no ambiente escolar e de algum modo contribui para que medidas sejam tomadas, mesmo que futuramente. Recentemente, foi aprovado na Câmara Municipal de Porto Alegre, o projeto de Lei Nº 209/17, intitulado de “Escola Sem Machismo”, no qual são estabelecidas diretrizes norteadoras para que sejam realizadas ações de prevenção e combate à violência contra a mulher e valorização de meninas e mulheres na rede municipal de ensino (SUL 21, 2018).

<sup>10</sup> Reportagem disponível no link: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/02/alunas-fazem-mobilizacao-pelo-uso-do-shorts-em-escola-de-porto-alegre.html>

<sup>11</sup> Palavra inglesa para “calção”. A princípio, uma calça curta para esportes, de senhora ou de homem, hoje também é usado para outras atividades (DICIONÁRIO INFORMAL, 2009).

## Papéis de gênero na sociedade

O tema apresenta os diferentes papéis de gênero existentes na sociedade atual, que acabam servindo como base normativa de atitudes consideradas típicas para determinado grupo social e de gênero. Para Cerqueira-Santos (2018), gênero diz respeito à compreensão da construção social do “ser mulher e ser homem” e contrapõe a naturalização pautada no entendimento do sexo biológico como determinante para os papéis sociais. Diversas vezes na sociedade quando os arranjos culturais naturalizados são questionados em relação às estruturas generificadas, o estranhamento ocorre. Alguns trechos retirados dos grupos realizados, ilustram essa questão:

*“Vai ficar até meio estranho isso que eu vou falar, mas quando eu era pequeno eu brincava de boneca com a minha irmã e não vejo problema nisso”* (Cristiano, 17 anos, 6º ano)

*“Eu já vi em algumas famílias comentários do tipo: tu não pode jogar futebol, porque é coisa de menino, só o teu irmão pode... acho ridículo isso. Na minha família graças a Deus nunca teve isso aí.”* (Douglas, 16 anos, 6º ano)

*“Tem a história da cor também né? Do rosa e do azul. Eu sou mulher e quase nunca uso rosa.”* (Raíssa, 26 anos, 7º ano)

*“Bah, eu uso rosa direto e não tô nem aí”* (Milton, 20 anos, 8º ano)

A partir do exemplo, foi demonstrada a não naturalização do comportamento masculino ao se aproximar de uma brincadeira considerada feminina e infantil. A complexidade da temática não se detém apenas ao que é socialmente aceito para que determinados gêneros possam ou não brincar, mas é a partir dessas construções iniciais, desde a possibilidade ou não de um menino usar brincos, até ele usar rosa ou brincar de bonecas que podem se relacionar a outras questões da vida adulta. Um dos papéis de gênero ainda estagnados na sociedade em relação às mulheres é o dever da maternidade.

Em 1988, o papa João Paulo II divulgou uma carta apostólica em que mencionava que a mulher deveria se deter a maternidade como seu objetivo principal a vida, e que suas funções não deveriam se coincidir com os objetivos e propósitos masculinos (CONNELL; PEARSE, 2015). Uma das figuras sagradas para o catolicismo, homem e heterossexual, propaga e reproduz discursos generificados e estereotipados, que ressaltam e relembram o papel que a boneca tem na vida de uma menina e de uma mulher adulta, a maternidade.

O binarismo dos brinquedos e cores designam lugares, espaços e performances de ser e estar no mundo. Os papéis de gênero na sociedade servem como base que ditam as atitudes

consideradas típicas para determinado grupo social e de gênero (BENTO, 2011). Diversos são os exemplos encontrados em no cotidiano, sendo um deles relatado por uma jovem em um dos grupos, ao se referir sobre a colocação dos brincos em uma menina logo após seu nascimento, como se fosse algo obrigatório quando se nasce mulher.

A partir dos relatos das(os) jovens, foram percebidas questões de preconceito, quando uma jovem que é mãe comenta com as demais colegas do grupo que a escola de seu filho impõe regras no uso do brinco, alegando que as meninas podem usar porque não fazem atividades mais bruscas e os meninos não porque tem maior possibilidade de se machucarem com o acessório na educação física, por exemplo. Pode-se inferir o quanto as instituições escolares reproduzem normas e preconceitos de gênero.

*“As professoras achavam que não era certo, porque os coleguinhas falavam coisas pra ele e daí eu fui lá no colégio, bati o pé e reclamei! “Independente se ele usar brinco ou não ou se ele quiser vir de rosa, vocês vão ter que aceitar!”.*

*Normalmente as outras mães só aceitam, mas eu fui lá e não aceitei” (Raíssa, 26 anos, 7º ano)*

*E no colégio também teve uma situação assim, porque tava escrito num papelzinho que não podia usar brinco, porque podia se machucar... aí eu disse que não, que tava errado isso aí. Porque uma menina pode usar brinco e ele não pode? Ele gosta! É opção dele! (Raíssa, 26 anos, 7º ano)*

*“Se tem uma brincadeira de casinha, as gurias brincam sozinhas” (Iago, 17 anos, 7º ano)*

*“Ah, depende, meu! Tem guri que quando é pequeno interage com guria e tem guria que quando é pequena interage com guri, que quer jogar futebol também, no meio dos guri” (Laércio, 17 anos, 9º ano)*

*“Não, é estranho. Imagina uma mulher vindo de bunda pra ti, tu vai chegar como?” (Wilmar, 16 anos, 7º ano)*

*“Seu machista!” (Beatriz, 29 anos, 6º ano)*

O padrão de normalidade está inserido no princípio de “igualdade”, sendo que o sentido ideológico que define o que é, ou não, “normal”, pode diferir entre regiões e contexto histórico. Em termos conceituais é difícil definir o que é a normalidade. Todavia, é realizada a associação de um conjunto de padrões comportamentais como esses aceitos ou não socialmente para determinados indivíduos (MAIA, 2009). Os homens já discutiam sobre diferentes concepções de gênero a partir de exemplos práticos de como isso implica em seus pensamentos, ou seja, mulheres brincam de bonecas para talvez tornarem-se mães, mas os meninos, talvez futuros pais, se brincarem de bonecas são tomados pela associação à uma brincadeira "de menina". No trecho a seguir, novamente aparecem as concepções e os papéis de gênero como sendo uma

consequência das ações e discursos reproduzidos pelo grupo, porém com um viés de criticidade em relação a esses pré-conceitos.

*“O preconceito que a escola tem é muita mais dos homens do que das mulheres, os homens são mais machistas. Por exemplo, o nosso colega disse que o meu marido era bem veado e que eu ia levar um chifre.... Os homens são muito machistas quando o assunto é sexualidade”* (Raíssa, 26 anos, 7º ano)

*“Eles acham que toda a feminista é uma mulher macho”* (Vitor, 17 anos, 7º ano)

O preconceito ao feminismo seguido da desinformação sobre o movimento é grande, pois diversas vezes feministas são chamadas de lésbicas por defenderem a igualdade entre os gêneros, como se uma mulher heterossexual ou bissexual não pudesse lutar por igualdade da mesma forma. No grupo feminino, percebe-se o quanto as mulheres desenvolvem mais sobre o tema, se expõem mais em relação às suas concepções de feminismos e machismos, trazendo exemplos de experiências pessoais que vivenciaram e não se intimidam ao relatar que já sofreram inúmeras opressões. Em relação a um dos grupos mistos, os homens fizeram mais afirmações criticando o machismo, do que as mulheres no grupo em que estavam sozinhas, pois houveram discursos femininos defendendo posturas machistas, demonstrando como não há uma relação direta entre gênero e políticas de igualdade de gênero.

A escola pode ser situada como um espaço de ambiguidades em relação às questões de gênero, pois, se por um lado seus dispositivos pedagógicos (re)produzem normatividades em relação aos papéis masculinos e femininos, por outro, novas construções e experiências estão sendo construídas, onde atitudes de resistência ganham corpo. Assim, foi possível perceber a facilidade com que o ambiente escolar tende a reproduzir papéis de gênero. A reprodução dos papéis de gênero pode ocorrer tanto no ensino fundamental, como no caso do colégio que não aceitou que a mãe de um dos alunos tenha colocado brincos nas orelhas dele, quanto no caso da separação de brincadeiras, como sendo “de menina” ou “de menino”. Além disso, as situações também podem ocorrer independente do período escolar, a puberdade é latente, e as questões envolvendo os papéis de gênero são mais evidentes. Ainda assim, a escola muitas vezes parte para um viés biológico, e não social no ensino da sexualidade. Nesse sentido, as(os) estudantes do EJA, público pesquisado neste estudo, também trouxeram vivências e relatos sobre a falta de discussões em torno de temáticas como gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Por maiores que sejam as consequências ao não serem discutidas temáticas cruciais para o desenvolvimento humano, ainda é apresentada resistência para a discussão do tema. Segundo Gomes (2013), a Educação é sempre uma ação política, portanto o gênero e a educação sexual devem fazer parte do currículo escolar desde a infância. Assim como, a escola deve respeitar a

diversidade humana presente na sociedade e transcender as esferas de um ensino sistemático para que o preconceito e a discriminação sejam colocados de lado.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De que forma as construções de gênero são realizadas e percebidas pelo olhar das(os) jovens em suas vivências diárias? Esse questionamento delineou a intenção inicial do estudo: “Todo mundo é igual? Construções de Gênero sob o olhar da Juventude”. Para tal, as percepções das(os) alunas(os) foram divididas em dois temas de análise. Os resultados apontam para o modo como as(os) jovens percebem as mesmas questões de formas distintas, até mesmo em função de terem vivências diferentes de vida, o que para Bock (2007), são características evidentes entre grupos de diferentes classes sociais devido às diferentes formas de inserção social dessas pessoas durante suas vidas.

Diversas percepções acerca das questões gênero se fizeram presentes, demonstrando como as(os) jovens constroem significados, tanto a partir de conteúdos propagados pela mídia quanto de informações compartilhadas em suas redes pessoais ou ambiente escolar, revelando como essas construções de gênero apresentam-se de forma plural para as(os) jovens na sociedade atual. O preconceito e a ignorância acerca do assunto se dá também em decorrência da falta de informação e debates em torno dessas temáticas. Portanto, não se trata apenas de estabelecer o diálogo, mas de modificar estruturas capazes de produzir desigualdade e injustiça nas questões de gênero e sexualidade (SEFFNER; PICCHETTI, 2016).

O cuidado para que as opiniões pessoais das(os) autoras(es) não interferissem nos relatos das(os) participantes e as percepções das(os) alunas(os) viessem única e exclusivamente delas(es) foi uma das dificuldades encontradas no decorrer do processo, pois em diversos momentos até para fins de mediação a discussão, as(os) autoras(es) sentiram a necessidade de instigar um pensamento mais crítico do que se estava discutindo, amparados pelo conceito de campo tema apresentado por Spink (2003). Foi desafiador e ao mesmo tempo uma das limitações da pesquisa, não se envolver diretamente com algumas afirmações das(os) alunas(os), pois aquelas percepções, principalmente discursos carregados de preconceito e desinformação, aparecem de acordo com as experiências de vida que elas(es) vivenciaram e que são diferentes das experiências de vida das(os) autoras(es).

Outra dificuldade encontrada durante a pesquisa foi a diferença de pensamento entre as(os) profissionais da escola, pois o nível de importância que algumas(uns) davam para a realização dos grupos demonstrava o quanto algumas(uns) professoras(es) ainda mantém um

pensamento naturalizado acerca das questões de gênero. A formação das/os professoras/es é fundamental, pois ainda é praticamente inexistente ou até mesmo equivocada com relação às questões de gênero. Ainda é muitas vezes guiada por princípios e valores pessoais, religiosos dentre outros, que não partem de um conhecimento científico (Ferreira, Santos, Quadrado, 2017). É necessário que a escola reflita qual sua função em relação às/os alunas/os que se sentem discriminados e excluídos na escola. Porém, por mais que existam resistências por parte de algumas(uns), ainda assim aquelas(uns) que se interessam e demonstram seu apoio na inserção desses conteúdos em sala de aula, compensam a falta daquelas(es) que não acreditam no trabalho realizado, pois em mais de um momento algumas(uns) professoras(es) procuraram a pesquisadora para convidá-la a propor um grupo de discussão com elas(es), para também terem esse momento rico de discussão que as(os) alunas(os) estavam tendo.

O presente estudo contribui para a análise das relações de gênero no contexto escolar e para a fundamentação de possíveis políticas públicas acerca dessa temática. O artigo compõe o cenário apresentando também apontamentos para a educação. As juventudes são um grupo complexo e bastante conectado com as mudanças sociais, inclusive pensando o contexto das mídias sociais e dos saberes produzidos pela educação. O ensino de jovens e adultos no Brasil é atravessado por um severo quadro de desigualdades e percursos pouco lineares na vida escolar. Uma amostra como essa evidencia não só uma comunidade escolar como também exibe um recorte de classe muitas vezes de difícil acesso. Torna-se fundamental que os jovens aprendam a refletir, criticar, agir com responsabilidade e enfrentar os problemas que possam surgir (RAFAELI, 2015). Assim, outros estudos devem ser realizados objetivando ampliar o debate e contribuindo para o avanço dos estudos sobre, possibilitando que jovens estudantes de demais modalidades de ensino se conectem com o mundo dispendo de uma educação transformadora.

## 5. REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, Raquel Sofia; MATOS, Paula Mena. Perspetivas dos adolescentes sobre o uso do Facebook: um estudo qualitativo. *Psicologia em Estudo*, 19(3), 539-547, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v19n3/a18v19n3.pdf>>. Acesso em: 25 Nov. 2018.
- BACKES, Dirce Stein; COLOMÉ, Juliana Silveira; ERDMANN, Rolf Herdmann; LUNARDI, Valéria Lerch. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. *O mundo da saúde*, 35(4), 438-442, 2011. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo\\_focal\\_como\\_tecnica\\_coleta\\_analise\\_dados\\_pesquisa\\_qualitativa.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analise_dados_pesquisa_qualitativa.pdf)>. Acesso em: 25 Nov. 2018.
- BARBOUR, Rosaline. *Grupos Focais*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549, jan. 2011. ISSN 1806-9584. Disponível em:

- <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016/19404>>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- BERNARDES, Márcia. Uma reflexão inicial sobre feminismo na internet: gênero e corpo. *Congresso internacional comunicação e consumo*, São Paulo – SP, 2014. Disponível em: <[http://www3.espm.br/download/Anais\\_Comunicon\\_2014/gts/gt\\_cinco/GT05\\_MARCIA\\_BERNARDES.pdf](http://www3.espm.br/download/Anais_Comunicon_2014/gts/gt_cinco/GT05_MARCIA_BERNARDES.pdf)>. Acesso em: 25 Nov. 2018.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 63-76, jun. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572007000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572007000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 Dez. 2018.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. About thematic analysis. *The University of Auckland website*, 2006. Disponível em: <<https://www.psych.auckland.ac.nz/en/about/our-research/research-groups/thematic-analysis.html>>. Acesso em: 15 Jan. 2019.
- CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas. *Ciênc. educ. (Bauru)*, Bauru, v. 21, n. 4, p. I-IV, Dez. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132015000400001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132015000400001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 Nov. 2018.
- CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Sexualidade na adultez emergente: gênero, orientação sexual e identidade. In DUTRA-THOMÉ, Luciana; PEREIRA, Anderson Siqueira; NUÑES, Susana; KOLLER, Silvia Helena (Orgs.). *Adultez emergente no Brasil: uma nova perspectiva desenvolvimental sobre a transição para a Vida Adulta*. São Paulo: Vetor, 2018.
- COELHO, Mayara Pacheco. Vozes que ecoam: Feminismo e Mídias Sociais. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei, v. 11, n. 1, p. 214-224, jun. 2016. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082016000100017&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000100017&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 22 Nov. 2018.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.
- DICIONÁRIO INFORMAL. *Definição do termo “shorts”*. Definição publicada na página do Dicionário informal, 2009. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/short/>>. Acesso em: 29 Nov. 2018.
- ESTATUTO DA JUVENTUDE [online]. *Lei 12.852*, 2013. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 Nov. 2018.
- FERREIRA, Ewerton da Silva; SANTOS, Oneide Alessandro Silva dos; QUADRADO, Jaqueline Carvalho. Gênero e diversidade na escola: experiências sobre a formação continuada de professores da educação básica no município de São Borja – RS. *Revista sociais & humanas*, Rio Grande do Sul, v. 30, n 2. p. 237-249, 2017. Abr/ago. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociais/humanas/article/view/26805/0>>. Acesso em: 27 Nov. 2018.
- FRAGA, Rafaella. *Alunas fazem mobilização pelo uso de shorts em escola de Porto Alegre*. Notícia publicada na página do G1, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/02/alunas-fazem-mobilizacao-pelo-uso-do-shorts-em-escola-de-porto-alegre.html>>. Acesso em: 29 Nov. 2018.
- GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 64-89). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- GOMES, Andréa Regina de Carvalho. Gênero e sexualidade na escola. *Anais do XI Congresso de Educação*. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9374\\_5361.pdf](http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9374_5361.pdf)>. Acesso em: 29 Nov. 2018.

- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. *Retratos da Escola*, v. 7, p. 481-498, 2013. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/320>>. Acesso em: 06 Dez. 2018.
- LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 1999.
- MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Sexualidade, Deficiência e Gênero: reflexões sobre padrões definidores de normalidade. In JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 265-291). UNESCO, 2009.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Cadernos da Diversidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFPO, 2012.
- NUNES, Brasilmar Ferreira; WELLER, Wivian. A juventude no contexto social contemporâneo. *Estudos de Sociologia - ISSN: 2317-5427*, [S.l.], v. 2, n. 9, p. 43-57, abr. 2014. ISSN 2317-5427. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235426/28415>>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- PIZZINATO, Adolfo; PETRACCO, Milene Mabilde; HAMANN, Cristiano; CÉ, João Pedro; ROSA, Eduarda Noal. Juventude feminina do meio rural: sentidos sobre educação e perspectivas sobre futuro. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(1), 41-51, 2017. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/2175-3539201702111066>>. Acesso em: 25 Nov. 2018.
- PORTAL EDUCAÇÃO. *Educação de Jovens e Adultos*. Página do Portal Educação, 2017. Disponível em: <<http://www.educacao.cc/category/eja/>>. Acesso em: 25. Nov. 2018.
- RAFAELI, Rosângela Aparecida Soares Tristão. Educação de Jovens e Adultos: aspectos históricos e sociais, com uma breve abordagem sobre Tecnologia Educacional. *Repositório de artigos do Instituto Federal Santa Catarina*, 2015. Disponível em: <[https://caco.ifsc.edu.br/arquivos/proeja/ARTIGOS\\_ESPECIALIZA%C3%87%C3%83O\\_PROEJA\\_EAD/Artigo%20Rosangela%20Rafaeli%20\(Versa%E2%95%A0%C3%A2o%20Final\).pdf](https://caco.ifsc.edu.br/arquivos/proeja/ARTIGOS_ESPECIALIZA%C3%87%C3%83O_PROEJA_EAD/Artigo%20Rosangela%20Rafaeli%20(Versa%E2%95%A0%C3%A2o%20Final).pdf)>. Acesso em: 02 Dez. 2018.
- RIZZA, Juliana Lapa; RIBEIRO, Paula Regina Costa; MOTA, Maria Renata Alonso. A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores/as. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 44, e176870, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v44/1517-9702-ep-44-e176870.pdf>>. Acesso em: 25 Nov. 2018.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99, 1995. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em: 25 Nov. 2018.
- SEFFNER, Fernando. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. *Trabalho encomendado para a Reunião Científica Regional da ANPED*. UFPR - Curitiba/ Paraná, 2016. Disponível em: <<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-18-G%C3%AAnero-Sexualidade-e-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 25 Nov. 2018.
- SEFFNER, Fernando; PICCHETTI, Yara de Paula. A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? *Reflexão e ação*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 61-81, abr, 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6986>>. Acesso em: 02 Dez. 2018.
- SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 18-42, Dec. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822003000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822003000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 Nov. 2018.

SUL 21. *Câmara de Porto Alegre aprova projeto de 'Escola Sem Machismo'*. Notícia publicada na página Sul 21, 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2018/11/camara-de-porto-alegre-aprova-projeto-de-escola-sem-machismo/>>. Acesso em: 10 Dez. 2018.

THOMPSON, John Brookshire. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

WOITOWICZ, Karina Janz. (2012). Imprensa feminista no contexto das lutas das mulheres: Ativismo midiático, cidadania e novas formas de resistência. *Revista Açaomidiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura Universidade Federal do Paraná*. Vol 2. Nº 1, 2012. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/viewFile/27915/19299>>. Acesso em: 25 Nov. 2018.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que possibilitou a origem desta dissertação foi qualitativa e exploratória, com o objetivo de analisar as diferentes construções de gênero a partir das percepções de jovens em uma escola da região metropolitana do Rio Grande do Sul do Brasil. Com o exposto, foi demonstrado o quanto o momento histórico, político e social do Brasil está recuando nas discussões sobre a importância em combater as discriminações de gênero e de sexualidade, assim como em disseminar o conhecimento sobre os feminismos e as violências (Reis & Eggert, 2017).

Para a autora Colling (2017) existe uma miopia política que impede a discussão da realidade vivenciada pela sociedade brasileira. O retrocesso e conservadorismo predominam nas decisões e escolhas do que deve e não ser falado em sala de aula. Além disso, atentar qual a participação das/os professoras/es nesse processo de formação dessas/es alunas/os que estão sendo excluídos da sociedade. Com isso, é fundamental problematizar as práticas para capacitar cidadãos críticos e conscientes do respeito às diferenças (Ferreira, Santos, Quadrado, 2017).

Enfocando a esfera acadêmica, o preconceito e a discriminação decorrem muitas vezes da não problematização de temáticas acerca das questões de gênero e sexualidade nos ambientes escolares, o que aponta para uma perspectiva de naturalização desse processo, na qual o preconceito e a discriminação em relação a certas características ou comportamentos identificados como “diferentes” são tidos como natural (Monteiro, Villela, Soares, 2014). Tais questões só comprovam o quanto a escola também é um espaço de produção de desigualdade na construção do estigma, do preconceito e da discriminação, e na sua naturalização. Portanto, é necessário que tenham debates e discussões em torno dessas temáticas que já estão presentes no cotidiano das/os alunas/os, mas estão em falta no ambiente de aprendizagem diária dessas/es estudantes.

Por mais que se saiba da complexidade que é tratar desses assuntos com as/os alunas/os e também das limitações que se encontram no caminho, o sentimento que fica é de dever cumprido, pois conseguir instigar alunas/os a refletirem sobre temas até então pouco tratados em que elas/es mesmo verbalizaram que sentem falta de discutir, já é um ganho muito positivo. Nos grupos, diversos comentários impactaram a pesquisadora, por demonstrarem que elas/es se deram conta que também existem outros jeitos de pensar a realidade e de estimular uma ação diferente da que estava sendo realizada até então. A percepção dá sentido aos estudos e ao interesse pela continuidade em insistir que o humano não é da ordem do fixo, do universal e do imutável, mas sim da eventualidade, imprevisibilidade e descoberta (Cadoná, 2017). Que as/os

alunas/os tenham se afetado em compartilhar o que escutaram, a conhecerem novas perspectivas e a dar novos sentidos às suas práticas cotidianas. Com tais experiências, perceba-se que a função da psicóloga pesquisadora é de, também, contínua estudante que precisa compartilhar suas ideias e reinventar suas pesquisas para que novas mudanças ocorram em prol da promoção de saúde e respeito entre comunidade e contexto acadêmico.

## Referências

- APA - American Psychological Association. (2001). *Manual de publicação da American Psychological Association: guia internacional para redação de textos científicos*. (4ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Assunção, R. S.; Matos, P. M. (2014). Perspetivas dos adolescentes sobre o uso do Facebook: um estudo qualitativo. *Psicologia em Estudo*, 19(3), 539-547. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v19n3/a18v19n3.pdf>
- Backes, D. S., Colomé, J. S., Erdmann, R. H., & Lunardi, V. L. (2011). Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. *O mundo da saúde*, 35(4), 438-442. Recuperado de: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo\\_focal\\_como\\_tecnica\\_coleta\\_analise\\_dados\\_pesquisa\\_qualitativa.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analise_dados_pesquisa_qualitativa.pdf)
- Barbour, R. (2009). *Grupos Focais*. Porto Alegre: Artmed.
- Berni, V. L.; Roso, A. (2014). A adolescência na perspectiva da psicologia social crítica. *Psicologia & Sociedade*, 26, 126-136. doi:10.1590/S0102-71822014000100014
- Biondo, F. P.; Signorini, I. (2015). (Re)definições e (des)construções identitárias em comunidades ativistas do Facebook: contribuições das epistemologias pós-feminista e queer. *Revista Delta-Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada - PUCSP*, 31(4), 169-197. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-445084824426219897>
- Brasil. (2009). Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Plano Nacional de promoção da cidadania e dos direitos humanos de LGBT*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Recuperado de: <http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf>
- Brasil. (2013). Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano nacional de políticas para as mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para

- as Mulheres. Recuperado de: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>
- Brasil. (2018). Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. *Educação é a base*. Recuperado de: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>
- Braun, V.; Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101.
- Braun, V.; Clarke, V. (2006) About thematic analysis. *The University of Auckland website*. Recuperado de: <https://www.psych.auckland.ac.nz/en/about/our-research/research-groups/thematic-analysis.html> .
- Bock, A. M. B. (2007). A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Psicologia Escolar e Educacional*, 11(1), 63-76. Recuperado de: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572007000100007>
- Borges, L. S. (2014). Feminismos, teoria *queer* e psicologia social crítica: (re)contando histórias... *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 280-289. Recuperado de: [file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-FeminismosTeoriaQueerEPsicologiaSocialCritica-4808584%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-FeminismosTeoriaQueerEPsicologiaSocialCritica-4808584%20(1).pdf)
- Botton, A.; Strey, M. N. (2012). Gênero e ciclos vitais. In Strey, M. N., Botton, A., Cadoná, E., Palma, Y. A. (Orgs.), *As Influências do Gênero na Infância: Como Produzimos Meninos ou Meninas* (pp.23-42). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Bourdieu, P. (1984). A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- Cadoná, E. (2017) Estudos de mídia e gênero: a pesquisa como movimento de resistência e problematização do cotidiano. In Strey, M. N.; Souza, N. A. P. de (Orgs.). *Corpo e relações de gênero na contemporaneidade* (pp. 105-120). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Calgaro, F. (2018). Comissão da Escola Sem Partido encerra trabalhos sem votar parecer; projeto será arquivado. *Portal G1*. 11 Dez. Recuperado de: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/12/11/comissao-da-escola-sem-partido-encerra-trabalhos-sem-votar-parecer-projeto-sera-arquivado.ghtml>
- Campos, L. M. L. (2015). Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas. *Ciência & Educação (Bauru)*, 21(4), I-IV. Recuperado de: <https://dx.doi.org/10.1590/1516-731320150040001>
- Campos, P. L. & Silva, E. P. Q. (2014). Modos de ensinar e aprender a ser menina e a ser menino. *Educação*, 19(3), 215-225. Recuperado de <http://periodicos.puc->

- campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/viewFile/2855/1957
- CAPES. (2018). Portaria estabelece a obrigatoriedade de citação da CAPES em todos os trabalhos produzidos ou publicados com o apoio da mesma. *Portaria Nº 206*. Recuperado de: [http://capes.gov.br/CECOL/Portaria\\_CAPES\\_DOU\\_206\\_de\\_2018.pdf](http://capes.gov.br/CECOL/Portaria_CAPES_DOU_206_de_2018.pdf)
- Castro, P. J.; & González-Palta, I. N. (2016). Percepción de Estudiantes de Psicología sobre el Uso de Facebook para Desarrollar Pensamiento Crítico. *Formación universitaria*, 9(1), 45-56. Recuperado de: <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-50062016000100006>
- Ciriaco, D. (2012). *Brasil foi o país com maior número de novos usuários do Facebook em 2012*. Recuperado de: <http://www.tecmundo.com.br/facebook/35709-brasil-foi-o-pais-com-maior-numero-de-novos-usuarios-do-facebook-em-2012.htm>
- Coelho, W. de N. B.; Coelho, M. C. (2015). Preconceito e discriminação para além das salas de aula: sociabilidades e cultura juvenil no ambiente escolar. *Rev. inst. estud. bras.*, São Paulo, n. 62, p. 32-53. Recuperado de: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/107185>
- Coêlho, T. F. (2016). Desigualdades de gênero em Guaribas-PI e o aparecer da sertaneja no Facebook. *Cultura Midiática - Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba*, 9(2), 253-267. Recuperado de: <http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/cm/article/view/32102>
- Colling, A. M. (2017). O que representa a proposta da ideologia de gênero e escola sem partido?. In Strey, M. N.; Souza, N. A. P. de (Orgs.). *Corpo e relações de gênero na contemporaneidade* (pp. 45-60). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Córdoba, A. M. C.; Sepúlveda, A. R.; & Bautista, L. Á. B. (2016). La configuración de la subjetividad política en jóvenes escolares y su relación con la red social Facebook. *Aletheia. Revista de Desarrollo Humano, Educativo y Social Contemporáneo*, 8(2), 28-47. Recuperado de [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2145-03662016000200002&lng=en&tlng=es](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2145-03662016000200002&lng=en&tlng=es).
- Cúnico, S. D.; Fagundes, A. L. C.; Souza, N. A. P. de; Strey, M. N. (2018). Toda mulher sonha em ser princesa? Problematizações sobre Escolas de Princesas. *Revista psicologia: teoria e prática*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 188-199. Maio/ago. Recuperado de: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/10427/7249>.
- Dinis, N. F. (2008). Educação, relações de gênero e diversidade sexual. *Educação e sociedade*, Campinas, v. 29, n. 103, p. 477-492. Mai/ago. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/09.pdf>

- Di Pierro, M. C., Joia, O., & Ribeiro, V. M. (2001). Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. *Cadernos CEDES*, 21(55), 58-77. Recuperado de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300005>
- Di Pierro, M. C.; Haddad, S. (2015). Transformações nas políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. *Cadernos CEDES*, 35(96), 197-217. Recuperado de: <https://dx.doi.org/10.1590/CC0101-32622015723758>
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990). [online]. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm).
- ESTATUTO DA JUVENTUDE (2013). [online]. Recuperado de: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf?sequence=1>
- Facebook Business. (2016). *102 milhões de brasileiros compartilham seus momentos no Facebook todos os meses*. Recuperado de: <https://www.facebook.com/business/news/102-milhes-de-brasileiros-compartilham-seus-momentos-no-facebook-todos-os-meses>
- Facebook Business. (2015). *45% da população brasileira acessa o Facebook mensalmente*. Recuperado de: <https://www.facebook.com/business/news/BR-45-da-populacao-brasileira-acessa-o-Facebook-pelo-menos-uma-vez-ao-mes>
- Felipe, J. (2006). Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia. *Revista Tecnologia e Sociedade (Curitiba/PR)*, 2(3), 251-263. Recuperado de: 10.3895/rts.v2n3.2490
- Ferrari, A. (2011). Reflexões sobre a homofobia na escola. In Casagrande, L. S.; Luz, N. S. da; Carvalho, M. G. de (Orgs.). *Igualdade na diversidade enfrentando o sexismo e a homofobia* (pp. 71-90). Curitiba, PR: UTFPR.
- Ferreira, E. da S.; Santos, O. A. S. dos; Quadrado, J. C. (2017). Gênero e diversidade na escola: experiências sobre a formação continuada de professores da educação básica no município de São Borja – RS. *Revista sociais & humanas*, Rio Grande do Sul, v. 30, n 2. p. 237-249. Abr/ago. Recuperado de: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/26805/0>
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Folha de São Paulo. (2015). Facebook agora permite que usuário escolha 17 identidades de gênero. *Folha de São Paulo*. Recuperado de: <http://www1.folha.uol.com.br/tec/2015/03/1596932-facebook-agora-permite-que-usuario-escolha-17-identidades-de-genero.shtml>
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In Bauer, M. W., & Gaskell, G. (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp.64-89). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Giordani, J. P.; Seffner, F.; Dell'aglio, D. D. (2017). Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. *Psicologia escolar e educacional*, São Paulo, v. 21, n.1, p. 103-111. Jan/abr. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v21n1/2175-3539-pee-21-01-00103.pdf>
- Gondim, S. M. G. (2002). Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 12(24), 149-161. Recuperado de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2002000300004>
- Goto, J. B.; Couto, P. F. M.; Bastos, J. L. (2013). Revisão sistemática dos estudos epidemiológicos sobre discriminação interpessoal e saúde mental. *Cad. saúde pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 445-459, Mar. Recuperado de: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2013000300004&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013000300004&lng=pt&tlng=pt)
- Grespan, C. L. (2017). Sociabilidades Juvenis LGBT(IQ): O Facebook e sua potencialidade para as políticas de performatividades. *Anais do 7º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação e 4º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação*. Artigo completo. Recuperado de: [http://www.sbecce.com.br/resources/anais/7/1494371809\\_ARQUIVO\\_ArtigoCompleto.pdf](http://www.sbecce.com.br/resources/anais/7/1494371809_ARQUIVO_ArtigoCompleto.pdf)
- Guareschi, P. (2009). *Psicologia Social Crítica como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Guareschi, P.; Biz, O. (2005). *Mídia, Educação e Cidadania*. Petrópolis, RJ: Vozes
- Hernandez, A. R. C.; Assis, M.; Santos, S. S. dos. (2013). Rompendo as fronteiras da exclusão: educando e formando para a diversidade e educação inclusiva. *Revista extensão*, Bahia, v. 4, n. 1, p. 96-112. Mar. Recuperado de: <https://www2.ufrb.edu.br/revistaextensao/images/revista/Revista%20Extensao%20V4.pdf#page=96>
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). Recuperado de: [http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=\\_EN&codmun=430460&search=rio-grande-do-sul|canoas](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=_EN&codmun=430460&search=rio-grande-do-sul|canoas)
- Kehl, M. R. (2004). A juventude como sintoma da cultura. In Novaes, R.; Vannuchi, P. (Orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, Perseu Abramo.
- Lira, A. G.; Ganen, A. P.; Lodi, A. S.; & Alvarenga, M. S. (2017). Uso de redes sociais, influência da mídia e insatisfação com a imagem corporal de adolescentes

- brasileiras. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 66(3), 164-171. Recuperado de:  
<https://dx.doi.org/10.1590/0047-2085000000166>
- Louro, G. L. (1996). Nas redes do conceito de gênero. Em Lopes, Marta Julia Marques; Meyer, Dagmar Estermann & Waldow, Vera Regina (Orgs.). *Gênero & Saúde*. (pp.07-18). Porto Alegre : Artes Médicas.
- Marková, I. (2004). Langage et communication en psychologie sociale: dialoguer dans les focus groups. *Bulletin de Psychologie*, 57(3), 231-236. Recuperado de  
[http://www.bulletindepsychologie.net/vente/Les%20groupes%20centres%20\(focus%20groups\).pdf?PHPSESSID=b25ede9142c18b6d624bf119c11f71bd](http://www.bulletindepsychologie.net/vente/Les%20groupes%20centres%20(focus%20groups).pdf?PHPSESSID=b25ede9142c18b6d624bf119c11f71bd)
- Miskolci, R.; Pelúcio, L. (2017). Gêneros, sexualidades e mídias contemporâneas: do pessoal ao político. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, 25(1), 263-268.  
<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p263>
- Minayo, M. C. de S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 17 (3), 621-626.
- Minayo, M. C. de S. (2011). A condição juvenil no século XXI. In Minayo, M. C. de S., Assis, S. G. de., & Njaine, K. (Eds.), *Um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros* (pp.17-44). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Ministério da Educação – MEC (2016). Brasil Alfabetizado será ampliado em 2017 e atenderá 250 mil jovens e adultos. *Portal do Ministério da Educação*. Recuperado de:  
<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32737-eja>
- Moita Lopes, L. P. (2006). Falta homem até pra homem: a construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático. In: Heberle, V. M.; Ostermann, A. C.; Figueiredo, D. C. (Orgs.), *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos* (pp 131-157). Florianópolis: Editora da UFSC.
- Monteiro, S. S.; Villela, W. V.; Soares, P. da S. (2014). É inerente ao ser humano! A naturalização das hierarquias sociais frente às expressões de preconceito e discriminação na perspectiva juvenil. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 421-440, Jun/abr. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v24n2/0103-7331-physis-24-02-00421.pdf>
- Mozzini, C.; Hennigen, I. (2016). Redes digitais: um local de produção de verdades no contemporâneo?. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 412-422. Recuperado de:  
<https://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p412>
- Nardi, H. C.; Quartiero, E. (2012). Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. *Sex., salud soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 59-87, Aug. Recuperado de:

- [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872012000500004&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000500004&lng=pt&tlng=pt)
- Nardi, H. C.; Rios, R. R.; Machado, P. S. (2012). Diversidade Sexual: políticas públicas e igualdade de direitos. *Athenea digital* [online], Vol. 12, Núm. 3, p. 255-266. Recuperado de: <https://www.raco.cat/index.php/Athenea/article/view/291599/380085>.
- Narvaz, M. G.; Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647-543. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>
- Narvaz, M. G.; Koller, S. H. (2009). *A (in)visibilidade do gênero na psicologia acadêmica: onde os discursos fazem(se) política*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/10183/18884>
- Pizzinato, A., Petracco, M. M., Hamann, C., Cé, J. P., & Rosa, E. N. (2017). Juventude feminina do meio rural: sentidos sobre educação e perspectivas sobre futuro. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(1), 41-51. Recuperado de: <https://dx.doi.org/10.1590/2175-3539201702111066>
- Plataforma Educação. (2017). Recuperado de: <http://www.educacao.cc/escolas/regiao-sul.php>
- Portal Educação. (2017). Recuperado de <http://www.educacao.cc/category/eja/>
- Reis, T.; Eggert, E. (2017) Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & saúde*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26. Jan/mar. Recuperado de: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0101-73302017000100009&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302017000100009&lng=pt&tlng=pt)
- Resadori, A. H.; Rios, R. R. (2017). Proibição de discriminação por orientação sexual no ambiente escolar: panorama do direito regional e constitucional na América Latina. *Revista culturas jurídicas*, Vol. 4, Núm. 9, set./dez. Recuperado de: <http://www.culturasjuridicas.uff.br/index.php/rcj/article/view/332>
- Rios, R. R. (2012). Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação. In Junqueira, R. D. (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 53-83). Brasília: MEC/SECAD/UNESCO.
- Schleiniger, C. dos S.; Strey, M. N. (2015) Namoro e violência não combinam. *Guia de conteúdo didático – pedagógico do/a educador/a social*. Grupo de Pesquisa Relações de Gênero, FAPERGS, Projeto Pescar. Porto Alegre.

- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99. Recuperado de:  
[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)
- Seffner, F. (2014). Sexualidade: isso é mesmo matéria escolar?. *Teoria e prática da educação*, Paraná, v. 17, n. 2, p. 67-81. Maio/ago. Recuperado de:  
[http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/27750/pdf\\_55](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/27750/pdf_55)
- Seffner, F. (2016). *Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas*. Trabalho encomendado para a Reunião Científica Regional da ANPED. UFPR - Curitiba/ Paraná. Recuperado de:  
<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/porta1/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-18-G%C3%AAnero-Sexualidade-e-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>
- Seffner, F.; Picchetti, Y. de P. (2016). A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? *Reflexão e ação*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 61-81, abr. Recuperado de:  
<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6986>
- Silva, A. O. G. da; Gomes, D. A. A.; Kruczeveski, L. R. (2018). Gênero e educação: um estudo com base na perspectiva das estudantes da educação básica no município de Rolândia/PR. In Machado, G. E.; Oliveira, V. M. F. de (Orgs). *Gênero, diversidade sexual e educação* (pp. 106-141). Rio de Janeiro: Eulim.
- Soares, J. dos S. F.; Lopes, M. J. M.; Njaine, K. (2013). Violência nos relacionamentos afetivo-sexuais entre adolescentes de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Caderno de saúde pública*, v. 29, n. 6, p. 1121-1130. Jun. Recuperado de:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2013000600009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013000600009)
- Soares, L. J. G.; Pedroso, A. P. F. (2016). Formação de educadores na Educação de Jovens e Adultos (EJA): alinhando contextos e tecendo possibilidades. *Educação em Revista*, 32(4), 251-268. Recuperado de: <https://dx.doi.org/10.1590/0102-4698161277>
- Strey, M. N. (2012). Gênero e ciclos vitais. In Strey, M. N., Botton, A., Cadoná, & E., Palma, Y. A. (Eds.), *Gênero e Ciclos Vitais: Desafios, problematizações e perspectivas* (pp.7-22). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Strey, M. N. (2013). Gênero. In Strey, M. N. (Ed.). *Psicologia Social Contemporânea* (pp.180-197). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Tomazetti, T. P.; Brignol, L. D. (2015). A Marcha das Vadias e o fenômeno do feminismo comunicacional: usos sociais do Facebook na construção de políticas de identidade de

gênero na sociedade em rede. *REDES.COM - Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación*, 11, 26-54. Recuperado de: <http://revista-redes.hospedagemdesites.ws/index.php/revista-redes/article/view/366>

Thompson, J. B. (2007). *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Thompson, J. B. (2002). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes.

WHO - World Health Organization. (2013). *World health statistics*. Recuperado de [http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/81965/1/9789241564588\\_eng.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/81965/1/9789241564588_eng.pdf)

## Apêndice A

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nós, Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa e Mestranda Caroline Gonçalves Nascimento, responsáveis pela pesquisa REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO DO *FACEBOOK* NAS CONSTRUÇÕES DE GÊNERO NA JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS DE ESTUDANTES DO EJA, estamos fazendo um convite para você participar como voluntário/a nesse estudo. Esta pesquisa pretende investigar a relação da mídia – rede social *Facebook* – nas construções de gênero na juventude através da exposição de publicações com a temática gênero a grupos de estudantes entre 15 e 29 anos.

Acreditamos que ela seja importante porque visa contribuir para a construção do conhecimento acerca das relações de gênero, ainda vistas como desiguais. Para sua realização será feito o seguinte: a) apresentação do projeto na escola escolhida; b) distribuição das fichas demográficas aos alunos e alunas interessados/as; e c) realização de quatro encontros com grupos de alunos e alunas diferentes. Sua participação constará de uma entrevista em grupo, que será realizada em sua escola e será gravada em áudio e em vídeo, se assim você permitir, com duração aproximada de 1 hora. É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos: constrangimentos e/ou mal-estar em compartilhar experiências passadas ou atuais sobre a temática do estudo. Você tem o direito de pedir uma indenização por qualquer dano que resulte da sua participação no estudo. Os benefícios que esperamos com o estudo visam contribuir para o desenvolvimento das pesquisas científicas sobre construções de gênero na mídia.

Quaisquer dúvidas relativas a esta pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável Angelo Brandelli Costa, fone (51) 984054408. Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Ao assinar este termo de consentimento, você não abre mão de nenhum direito legal que teria de outra forma. Não assine este termo de consentimento a menos que tenha tido a

oportunidade de fazer perguntas e tenha recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas. Se você concordar em participar deste estudo, você rubricará todas as páginas e assinará e datará duas vias originais deste termo de consentimento. Você receberá uma das vias para seus registros e a outra será arquivada pelo responsável pelo estudo. Será também utilizada imagens (uso de imagem, caso necessário).

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador/a responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a participante da pesquisa ou de seu representante legal

\_\_\_\_\_  
Assinatura de uma testemunha

## DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL QUE OBTEVE O CONSENTIMENTO

Expliquei integralmente este estudo clínico ao participante ou ao seu cuidador. Na minha opinião e na opinião do participante e do cuidador, houve acesso suficiente às informações, incluindo riscos e benefícios, para que uma decisão consciente seja tomada.

Data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Investigador/a

\_\_\_\_\_  
Nome do Investigador/a (letras de forma)

Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa

## Apêndice B

### Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

Nós, Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa e Mestranda Caroline Gonçalves Nascimento, responsáveis pela pesquisa REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO DO *FACEBOOK* NAS CONSTRUÇÕES DE GÊNERO NA JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS DE ESTUDANTES DO EJA, estamos fazendo um convite para você participar como voluntário/a nesse estudo. Esta pesquisa pretende investigar a relação da mídia – rede social *Facebook* – nas construções de gênero na juventude através da exposição de publicações com a temática gênero a grupos de estudantes entre 15 e 29 anos.

Acreditamos que ela seja importante porque visa contribuir para a construção do conhecimento acerca das relações de gênero, ainda vistas como desiguais. Para sua realização será feito o seguinte: a) apresentação do projeto na escola escolhida; b) distribuição das fichas demográficas aos alunos e alunas interessados/as; e c) realização de quatro encontros com grupos de alunos e alunas diferentes. Sua participação constará de uma entrevista em grupo, que será realizada em sua escola e será gravada em áudio e em vídeo, se assim você permitir, com duração aproximada de 1 hora. É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos: constrangimentos e/ou mal estar em compartilhar experiências passadas ou atuais sobre a temática do estudo. Você tem o direito de pedir uma indenização por qualquer dano que resulte da sua participação no estudo. Os benefícios que esperamos com o estudo visam contribuir para o desenvolvimento das pesquisas científicas sobre construções de gênero na mídia.

Quaisquer dúvidas relativas a esta pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável Angelo Brandelli Costa, fone (51) 984054408. Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Ao assinar este termo de assentimento, você não abre mão de nenhum direito legal que teria de outra forma. Não assine este termo de assentimento a menos que tenha tido a

oportunidade de fazer perguntas e tenha recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas. Se você concordar em participar deste estudo, você rubricará todas as páginas e assinará e datará duas vias originais deste termo de assentimento. Você receberá uma das vias para seus registros e a outra será arquivada pelo responsável pelo estudo. Será também utilizada imagens (uso de imagem, caso necessário).

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador/a responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este assentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto explico minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a participante da pesquisa ou de seu representante legal

\_\_\_\_\_  
Assinatura de uma testemunha

### DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL QUE OBTEVE O ASSENTIMENTO

Expliquei integralmente este estudo clínico ao participante ou ao seu cuidador. Na minha opinião e na opinião do participante e do cuidador, houve acesso suficiente às informações, incluindo riscos e benefícios, para que uma decisão consciente seja tomada.

Data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Investigador/a

\_\_\_\_\_  
Nome do Investigador/a (letras de forma)

Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa

## **Apêndice C**

### **Ficha Demográfica**

Ficha Demográfica para Grupo Focal

Nome:

Idade:

Com qual gênero se identifica?

Escolaridade:

Trabalha? Faz o quê?

Mora sozinha/o ou com alguém?

Com quem?

Onde mora?

É perto ou longe da sua escola?

Utiliza algum meio de transporte para vir até a escola?

Tem religião? Qual? É praticante?

Utiliza a rede social Facebook?

Se sim, cite alguma página do Facebook que você costuma seguir por gostar do conteúdo:

Quais assuntos e/ou publicações você lembra que mais repercutiram no Facebook nesses últimos meses?

Telefone para contato:

Obrigada por preencheres esta ficha.

## **Apêndice D**

### **Roteiro de funcionamento do grupo**

1) *Rapport* inicial: Quebra-gelo e Contrato de Convivência

Procedimento: sentada/o, em círculo, cada jovem será estimulada/do a se apresentar e falar sua motivação em participar do encontro. Todas/os deverão comentar o que consideram fundamental para uma boa relação grupal. As/os jovens também poderão falar o que não gostariam que ocorresse nos encontros. Esse será o contrato e a responsabilidade de todas/dos com o grupo.

2) Técnica de aquecimento: Conversa sobre redes sociais

Procedimento: Iniciar uma conversa sobre redes sociais de um modo geral e por fim focar na rede social *Facebook* instigando as/os jovens a falarem o que mais gostam de fazer e quais conteúdos mais costumam acessar na mesma.

3) Tema de investigação: Apresentação das publicações

Procedimento: As publicações serão apresentadas em Power Point e utilizadas como meio disparador para a interação e envolvimento do grupo.

4) Encerramento do encontro e Avaliação.

## Apêndice E

### Publicações utilizadas nos grupos



#### Comportamento

### Silvio Santos faz comentários machistas sobre atrizes globais

por Redação

03/07/2017 ⌚ 9:15

🗨️ Comunicar erro



Durante o quadro “De Olho Nas Celebidades”, em que anônimos enviam para o programa filmagens amadoras de famosos que foram vistos por acaso, Silvio fez uma piada envolvendo o nome da atriz Paolla Oliveira. Após ouvir o nome da atriz, Silvio questionou: “Paolla, ela gosta de rola, é isso?”.

Silvio Santos também fez um comentário machista sobre Fernanda Lima: “Com essas pernas finas e essa cara de gripe, com ela não teria nem amor nem sexo”, comentou, fazendo alusão ao programa “Amor & Sexo”.

EVENTOS  
AGENDA





## Inusitado

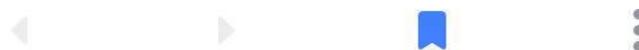
# "Mulher nasceu para servir" diz Andressa Urach em programa de TV

por Redação

08/07/2017 ⌚ 11:05

🗨️ Comunicar erro

Após se tornar evangélica, Andressa Urach tem dado opiniões que contrastam totalmente com a vida que levava antes. Dessa vez, em entrevista ao

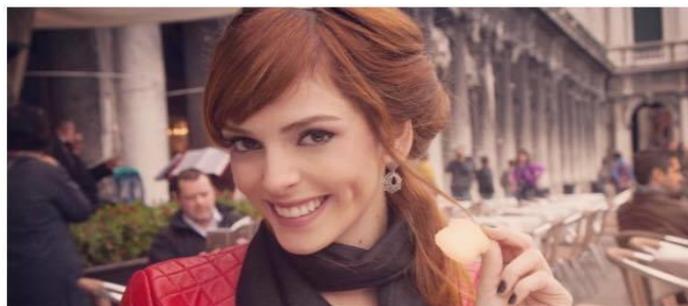


< espnw.espn.uol.com.br >

**ESPN W.** ☰ 🔍

# ‘Feminismo não é o contrário de machismo’, diz Titi Müller, a mulher inspiradora desta semana

📁 Notícias ⌚ 3 meses





## A atriz Michelle Rodriguez tem uma ótima razão para sair de 'Velozes e Furiosos'

POR ANA BEATRIZ ROSA  
28 DE JUNHO DE 2017 15:15



Atriz de 'Velozes e Furiosos' ameaça deixar a franquia caso filme não dê mais espaço para as mulheres.

 Artigo de HuffPost Brasil

  11  4



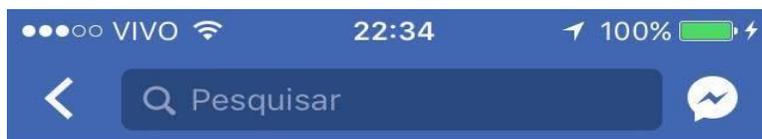
Mas, se antes ela acreditava que a série poderia evoluir e sair do estereotipo do "machão dos anos 90" ao longo dos filmes, hoje ela entende que o maior mercado dos filmes continuam sendo os meninos, o que torna quase impossível um maior espaço para personagens mulheres, em seu entendimento.

"No final do dia, qual a mensagem que deixamos para as mulheres? Pensar sobre isso é meu papel, especialmente no ambiente dominado pelos homens em que trabalho", declarou a atriz.

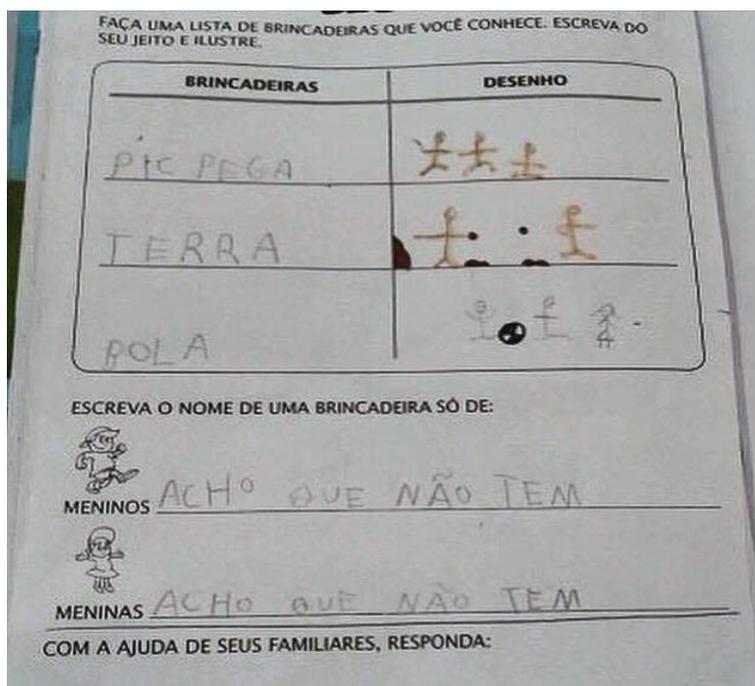
*Velozes e Furiosos 8* foi lançado em abril e [arrecadou cerca de 1 bilhão de dólares](#) em bilheteria internacional.

 Artigo de HuffPost Brasil

  11  4



Olá, esta foi uma tarefa que meu filho, Arthur  
- 6 anos, trouxe pra fazer em casa. ❤️



15,2 mil compartilhamentos

Escreva um com...

GIF



Publicar



VIVO 22:32 100%

< Pesquisar

**Quebrando o Tabu** 27 de junho · 🌐

Dona Benta não decepciona! :)

Em uma conversa sobre homossexualidade no programa Encontro, a atriz Nicette Bruno deu sua opinião sobre isso e sobre família.



meu deus, é a vida, é a individualidade da pessoa

62,3 mil compartilhamentos

 **Orgulho**  **Comentar**  **Compartilhar**

Escreva um com...   **Publicar**



## O porre de Sandy e o estereótipo da mulher perfeita

Texto escrito por Marcela De Mingo e publicado no Superela

---

por **Superela** Rede Catraca Livre

02/06/2017 ⌚ 16:01 | Atualizado: 04/06/2017 ⌚ 18:27

🗨️ Comunicar erro

---

Um dos assuntos mais comentados desta quinta-feira, dia 1º, é o vídeo sobre **o porre de Sandy**. As imagens fazem

quebrando o tabu

### Quebrando o Tabu

3 de maio

quebrando o tabu

Sou um garoto e adoro maquiagem

0:00 -1:14 HD

"Eu sou um garoto e adoro maquiagem"

👍❤️😱 261 mil 47,2 mil comentários

The image shows a YouTube video player interface. At the top, there are icons for sharing and full screen. Below that is the channel name 'quebrando o tabu' and the video title 'Quebrando o Tabu' with the date '3 de maio'. The video thumbnail features a young boy with short, light-colored hair, wearing a grey hoodie, with his mouth open as if speaking or singing. A play button icon is centered over the video. At the bottom of the video frame, the text 'Sou um garoto e adoro maquiagem' is displayed. Below the video frame is a progress bar showing '0:00' and '-1:14' with 'HD' quality. Underneath the video, the quote '"Eu sou um garoto e adoro maquiagem"' is shown. At the bottom, there are icons for like, love, and surprise, followed by '261 mil' likes and '47,2 mil comentários'.

VIVO 22:35 100%

catracalivre.com.br

**CATRACA LIVRE**  
Rômulo Neto solta fala  
**super estereotipada sobre  
a cantora Anitta**

por Redação  
08/06/2017 17:06 | Atualizado: 09/06/2017 9:48

Comunicar erro



**Créditos: Reprodução / Youtube / Bora!**  
Rômulo Neto afirmou que Anitta não é seu tipo de mulher para casar e ter filhos



quebrando o tabu

### Quebrando o Tabu

11 de novembro de 2016

0:03 -0:51 HD

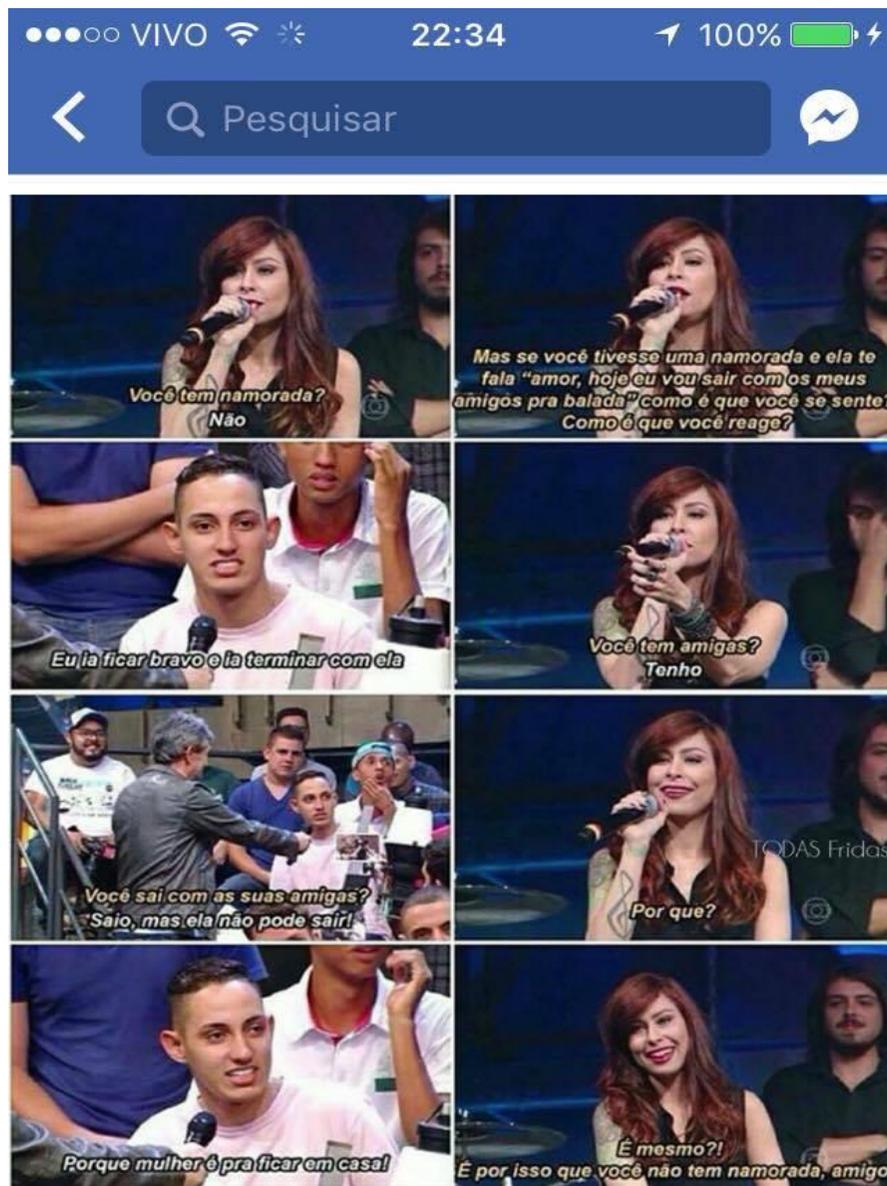
Conceitos distorcidos de masculinidade podem ser perigosos. Essa campanha australiana encoraja os homens a se abrirem.

De acordo com a organização Man Up, muitos suicídios poderiam ser evitados se os homens se expressassem mais.

👍❤️👎 106 mil 9,5 mil comentários

👍 Curtir Comentar

Blusher



< UOL Notícias ...



UOL Notícias CURTIR

## Fuvest: tema de redação cita exposição Queermuseu e aborda limites da arte

POR BRUNO ARAGAKI  
7 DE JANEIRO DE 2018

Artigo de UOL Notícias 3

See Next Story ▶

◀ ⌂ 📄

## Anexo A

### Dados das/os participantes

<b>Jovem</b>	<b>Idade</b>	<b>Gênero</b>	<b>Série</b>	<b>Grupo</b>
Renato	16	Masculino	9º	Misto 1
Laércio	17	Masculino	9º	Misto 1
Raul	15	Masculino	9º	Misto 1
Mariana	15	Feminino	9º	Misto 1
Alex	16	Masculino	9º	Misto 1
Kátia	17	Feminino	9º	Misto 1
Paulo	15	Masculino	9º	Misto 1
Geisa	15	Feminino	9º	Misto 1
Gorete	17	Feminino	6º	Feminino
Bárbara	16	Feminino	7º	Feminino
Elisandra	17	Feminino	6º	Feminino
Raíssa	26	Feminino	7º	Feminino
Patrícia	18	Feminino	7º	Feminino
Luciana	28	Feminino	7º	Feminino
Nádia	18	Feminino	7º	Feminino
Flávio	16	Masculino	7º	Masculino
Ivo	16	Masculino	7º	Masculino
Maurício	16	Masculino	7º	Masculino
Wilmar	16	Masculino	7º	Masculino
Gustavo	15	Masculino	7º	Masculino
Geison	17	Masculino	7º	Masculino
Iago	17	Masculino	7º	Masculino
Guilherme	16	Masculino	7º	Masculino
Vitor	17	Masculino	7º	Masculino
Leone	20	Masculino	7º	Masculino
Cristiano	17	Masculino	6º	Misto 2
Ricardo	17	Masculino	6º	Misto 2
Marcos	15	Masculino	6º	Misto 2
Carla	15	Feminino	6º	Misto 2
Douglas	16	Masculino	6º	Misto 2
Beatriz	29	Feminino	6º	Misto 2
Eduardo	16	Masculino	8º	Misto 3
Jairo	15	Masculino	8º	Misto 3
Milton	20	Masculino	8º	Misto 3
Cláudio	21	Masculino	8º	Misto 3
Alice	22	Feminino	8º	Misto 3
Iara	16	Feminino	8º	Misto 3

## Anexo B

### Termo de autorização Institucional



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2018.

À  
Comissão Científica  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Ao  
Comitê de Ética em Pesquisa  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prezados Senhores

Declaro que tenho conhecimento e autorizo a realização do projeto de pesquisa intitulado **"Reflexões sobre a relação do Facebook nas construções de gênero na juventude: uma análise das narrativas de estudantes do EJA"** proposto pelo (s) pesquisador(es), Angelo Brandelli Costa e Caroline Gonçalves Nascimento, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS.

O referido projeto será realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Rio de Janeiro, localizada na cidade de Canoas/RS e só poderá ocorrer a partir da apresentação da carta de aprovação do Comitê de ética em Pesquisa da PUCRS.

Atenciosamente,

Equipe diretiva do local de realização da pesquisa

E.M. de Ensino Fundamental Rio de Janeiro  
Decreto de Criação nº 983 Data 31/05/79  
Port. de Reorg. de Func. Nº 179 Data 09/01/85  
Decreto Municipal de Alteração de Designação  
da Escola nº 320 de 24/06/99

*Josilene Cafruni*  
Josilene Cafruni  
Diretora  
Matrícula nº 9552-4

PUCRS

Av. Ipiranga, 6601 - Prédio 11 - Sala 921  
CEP 90619-900  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3633  
E-mail: psicologia-ps@pucrs.br  
www.pucrs.br

## Anexo C

### Parecer de aprovação substanciado do Comitê de Ética

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DO RIO GRANDE  
DO SUL - PUC/RS



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO DO FACEBOOK NAS CONSTRUÇÕES DE GÊNERO NA JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS DE ESTUDANTES

**Pesquisador:** Angelo Brandelli Costa

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 85800218.1.0000.5336

**Instituição Proponente:** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.635.059

##### Apresentação do Projeto:

O pesquisador principal do estudo encaminhou ao CEP-PUCRS resposta às pendências emitidas por esse CEP em 12/04/2018.

Todas as pendências foram atendidas adequadamente.

##### Objetivo da Pesquisa:

O pesquisador principal do estudo encaminhou ao CEP-PUCRS resposta às pendências emitidas por esse CEP em 12/04/2018.

Todas as pendências foram atendidas adequadamente.

##### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador principal do estudo encaminhou ao CEP-PUCRS resposta às pendências emitidas por esse CEP em 12/04/2018.

Todas as pendências foram atendidas adequadamente.

##### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há comentários adicionais.

**Endereço:** Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703  
**Bairro:** Partenon **CEP:** 90.619-900  
**UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE  
**Telefone:** (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DO RIO GRANDE  
DO SUL - PUC/RS**



Continuação do Parecer: 2.635.099

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos foram apresentados e estão adequados.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, o CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas nas Resoluções CNS n° 466 de 2012, n° 510 de 2016 e Norma Operacional n° 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1042300.pdf	12/04/2018 15:01:04		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_PENDENCIAS.pdf	12/04/2018 15:00:28	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito
TCE/ Termos de Assentimento/ Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_RESPONSÁVEIS.pdf	02/04/2018 14:10:32	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito
Outros	CURRICULO_LATTES_ANGELO.pdf	02/04/2018 13:59:08	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito
Outros	CARTA_LINK_CURRICULO_LATTES.pdf	19/03/2018 09:50:05	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito
Outros	CARTA_DE_APRESENTAÇÃO.pdf	19/03/2018 09:49:29	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito
Outros	DOCUMENTO_UNIFICADO_DO_PROJETO_DE_PESQUISA.pdf	19/03/2018 09:26:31	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito
Outros	CARTA_DE_APROVAÇÃO_COMISSÃO_CIENTÍFICA.pdf	19/03/2018 09:25:51	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	08/03/2018 10:11:30	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_QUALIFICACAO.pdf	08/03/2018 10:04:21	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703  
 Bairro: Partenon CEP: 90.619-000  
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE  
 Telefone: (51)3320-3345 Fax: (51)3320-3345 E-mail: cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DO RIO GRANDE  
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 2.635.000

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO.pdf	06/03/2018 10:04:08	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_ASSENTIMENTO.pdf	06/03/2018 10:03:58	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito
Outros	Model_Planejamento_Grupo_Focal.pdf	05/03/2018 16:14:58	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito
Outros	Resumo_portugues_ingles.docx	05/03/2018 16:14:16	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes.pdf	05/03/2018 16:13:24	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito
Outros	Ata_de_qualificacao.pdf	05/03/2018 16:12:40	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito
Outros	Identidade.jpg	05/03/2018 16:12:07	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito
Outros	Carta_de_autorizacao.jpeg	05/03/2018 16:11:46	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	05/03/2018 16:06:49	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	05/03/2018 16:02:35	CAROLINE GONCALVES NASCIMENTO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PORTO ALEGRE, 04 de Maio de 2018

Assinado por:

Paulo Vinicius Sportleder de Souza  
(Coordenador)

Endereço: Av. Ipiranga, 6691, prédio 50, sala 703  
Bairro: Partenon CEP: 91.510-000  
UF: RS Município: PORTO ALEGRE  
Telefone: (51) 3320-3345 Fax: (51) 3320-3345 E-mail: cep@pucrs.br



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)